

arquivo & administração

ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 2 — N.º 1 — ABRIL 1974



55 Clas. PER
& Administração

ex. 2

PER. Currículo Superior de Arquivo

359

O veículo certo



para sua mensagem.

O momento não está pra dispersar energias
nem sair por aí fazendo fumaça.
Sua mensagem tem que atingir o
público certo na velocidade ideal.

arquivo & administração

órgão da Associação dos Arquivistas Brasileiros

circula em todo Brasil entre três mil
profissionais de arquivística e documentação.

Nos órgãos oficiais e nas empresas
nas indústrias e nos bancos.

Tudo isso sem fazer
barulho ou fumaça.

arquivo & administração

revista técnica de circulação dirigida

PUBLICIDADE



Maitty Comunicação Visual Ltda.
Rua Senador Dantas, 118 - gr.413
Rio de Janeiro—Guanabara

 **ASSOCIAÇÃO DOS
ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

Praça da República, 26 — Centro — ZC—14
20.000— RIO DE JANEIRO, GB — BRASIL
(endereço provisório) — Tel.: 252-2338

Diretoria Biênio 1973-1975

Presidente: José Pedro Pinto Esposel
Vice-Presidente: Fernando Campos Salinas
1.º Secretário: Marly dos Santos
2.º Secretário: Marina A. F. de Sant'Ana
1.º Tesoureiro: Wilma Schaefer Corrêa
2.º Tesoureiro: Maria de España Iglesias

Conselho Deliberativo

Presidente: Lourdes Costa e Souza
Astréa Moraes e Castro
Helena Corrêa Machado
Raul do Rêgo Lima
Maria Luíza S. Dannemann
Marilena Leite Paes
José Honório Rodrigues
Rita Drummond
Myrtes da Silva Ferreira

Suplentes

Gilda Nunes Pinto
Celita Pereira Gondim
Regina Alves Vieira
Martha Maria Gonçalves
Otilia de Araújo
Maria Amélia Porto Migueis

Conselho Fiscal

Deusdedit L. de Oliveira
José Paes de Barros
Geraldo Martinelli

Suplentes

Milton Machado
José Lima de Carvalho

arquivo & administração, *Rio de Janeiro*, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 19-

Vol. 1 — n.º 0 — out. 1972 —

Rio de Janeiro, 1972 —

v. ilustr. quadrimestral

“Órgão oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros”.

1. Associação dos Arquivistas Brasileiros,
Rio de Janeiro. 2. Arquivos — Periódicos.

CDD 025.171

arquivo_s administração

revista técnica de circulação dirigida

V. 2 — N.º 1 — ABRIL 1974

publicação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros

Redação

Praça da República, 26 — Centro — ZC—14
20.000 — RIO DE JANEIRO, GB — BRASIL

Diretora Responsável

María de la E. de España Iglesias

Diretora Técnica

Marilena Leite Paes

Secretária

Lourdes Costa e Souza

Colaboram nesta edição

Antonio Garcia de Miranda Netto

Carlos Drumond de Andrade

Fernando Luiz Campos Guimarães

Produção, Arte, Editoria e Planejamento Gráfico



maity comunicação visual

Rua Senador Dantas, 118, conj. 1413
20.000 — RIO DE JANEIRO, GB

Equipe

Fernando Luiz Campos Guimarães

Márcio Ruiz Schiavo

Composição e impressão

Cia. Brasileira de Artes Gráficas

Rua do Riachuelo, 128 — RIO, GB

correspondência: arquivo & administração
praça da república, 26 — Centro — ZC—14
20.000 — RIO DE JANEIRO, GB — BRASIL

os artigos assinados são de responsabilidade
dos colaboradores e não expressam
necessariamente o pensamento da associação.
Permitida a reprodução de artigos desta
revista desde que seja citada a fonte.

periodicidade: quadrimestral

próxima edição: agosto

distribuição: aab

desejamos permuta

deseamos permuta

nous désirons échange

we are interested in exchange

EDITORIAL

Um novo governo assume o controle do Brasil com a missão de conduzi-lo em sua marcha vigorosa pelo progresso. Nos primeiros tempos contudo, quando são definidos objetivos e programas, se justifica um certo clima de expectativa.

Já comentamos, em outros editoriais, os problemas que ainda prevalecem em matéria de arquivo, suas limitações, persistências, enganos e desencantos e as conseqüências negativas — e por vezes muito embaraçosas para o desenvolvimento nacional.

Ainda recentemente se tratou, uma vez mais, da evasão de documentos, transferidos para outros países com sérios prejuízos para a nossa cultura.

Em reunião realizada no Conselho Federal de Cultura para análise do assunto, por iniciativa do então Ministro Jarbas Passarinho, foi assinalado o descompasso de setores governamentais no encaminhamento das questões relacionadas com a problemática arquivística no Brasil, significando uma dispersão de esforços e até uma atitude contraditória que absolutamente não contribui para o engrandecimento do país.

Vale neste momento, quando opções e prioridades são estabelecidas, reacender a esperança de que as novas autoridades venham a adotar, bem depressa e coordenadas coerentemente, providências que transformem os arquivos em mais um fator relevante de dinamização do processo de fortalecimento e exploração das potencialidades nacionais.

Urge que se complemente a ação desencadeada no Conselho Federal de Educação, ao reconhecer a necessidade da formação de técnicos de nível superior, autorizando a criação de curso universitário e adotando o currículo mínimo.

Com o mesmo empenho o Ministério do Trabalho e o Poder Legislativo devem dispor sobre a regulamentação da profissão.

E como medida de absoluta justiça e oportunidade se aguarda que o DASP reexamine a situação imprópria que vem de instituir, ignorando a existência e importância de uma linha profissional arquivística no serviço público ao arrepio de toda uma consagrada manifestação mundial e contrariando frontalmente uma realidade que, aos poucos, em sucessivas alterações, deturpou e aniquilou.

Finalmente cumpre lembrar que no Arquivo Nacional já funciona o que se espera seja o núcleo da futura *Escola Nacional de Arquivologia*. O Ministério da Justiça tem como obrigação inelutável garantir ali um ensino altamente qualificado fornecendo recursos e condições, amplos e adequados, que tornem possível o preparo de elementos especializados e aptos para enfrentar e vencer, nos arquivos, as dificuldades acrescidas em tantos anos de abandono e desmazelo.

J.P. Capriel

3

PER.
ex-2

PER. - 359

Reg. 75265

no de chamada: 818, (ex. 2)

Arquivologia

A realização de um congresso, permite sempre uma transferência de valiosos conhecimentos tecnológicos e sistêmicos. Este ano, o técnico ou o estudioso na problemática do arquivo, da documentação, da informação e do microfilme, terá em São Paulo, no período de 29 de setembro a 10 de outubro, a realização de três grandes importantes congressos destas especialidades.

Dois são nacionais: O *II Congresso Brasileiro de Arquivologia* e o *I Congresso de Arquivo Médico*, promovidos respectivamente pela Associação dos Arquivistas Brasileiros — AAB e em colaboração com a Associação Brasileira de Arquivo Médico — ABAME. O terceiro, internacional, é promovido pela International Micrographic Congress e pela Associação Brasileira do Microfilme, será o *6.º Congresso Internacional do Microfilme — o IMC-74*.

Os arquivistas, no seu *II Congresso Nacional* terão como tema especial o *Arquivo de Imprensa*. A *Conservação, Restauração e Critérios de Eliminação dos Documentos*. E a *Importância dos Arquivos na Empresa*. O Congresso de Arquivo Médico, que será realizado paralelamente, examinará a *Documentação, Planejamento, Custo, Recuperação, Treinamento, Reciclagem, Especialização, Microfilmagem e Processamento de Dados do Arquivo Médico e Estatístico*. O *Prontuário Médico e Índice Nosológico*. O *Internacional de Microfilme* verá as variadas facetas do microfilme com os maiores especialistas e técnicos do mundo.



Ao receber **arquivo & administração** não posso deixar de louvar nossa revista sob todos os aspectos. Boa qualidade gráfica, "lay-out" caprichado, ilustrações oportunas, etc., ressaltam as qualidades extrínsecas. Quanto ao conteúdo, desde o **Editorial** até **Crônica**, a revista está plena de mensagens, embora destaque **Critérios e Definições para Documentação nos Arquivos**, como importantes subsídios para estudo dos problemas de avaliação de documentos, com a finalidade de liberar racionalmente nossos arquivos de material obsoleto.

Rio de Janeiro, GB.

Helena Corrêa Machado
Secretaria de Administração
do Estado da Guanabara —
Departamento Geral de
Documentação.

É com prazer que recebo **arquivo & administração**. Assim estarei atualizada com o que se refere a Arquivologia.

Salvador, BA.

Luzia Macêdo Leal

Acusando o recebimento da revista **arquivo & administração**, devo congratular-me com os responsáveis por essa publicação tão valiosa para todos nós.

Belo Horizonte, MG.

Rute de Castro

É com profunda satisfação e reconhecimento, que venho agradecer a V.Ex. a publicação **arquivo & administração**, que teve a gentileza de me enviar, felicitando de todo o coração a Associação dos Arquivistas Brasileiros, por tão oportuna e louvável iniciativa.

Leiria, PORTUGAL.

Gentil Ferreira e Souza
Diretor do Ensino Cultural da
Biblioteca Pública e Arquivo
Distrital de Leiria.

Em nome desta Biblioteca Pública e no meu próprio, venho agradecer a V. Ex., a gentilíssima oferta que se dignou fazer a este Estabelecimento da espécie bibliográfica abaixo designada a qual muito veio valorizar as coleções desta Biblioteca Pública e Arquivo Distrital.

Angra do Heroísmo, AÇORES.

Manuel Coelho Baptista de Lima
Diretor da Biblioteca Pública
e Arquivo Distrital de Angra
do Heroísmo.



correspondência:
arquivo & administração
Associação dos Arquivistas Brasileiros
Praça da República, 26 — ZC-14
20.000 — RIO DE JANEIRO, GB

Recado

arquivo & administração não dispersou energias. Em seu primeiro ano de existência foi o veículo certo para a conquista e valorização profissional de sua classe. Devagar e às vezes um pouco atrasada, nossa revista vai vencendo as crises, ora de papel, ora de petróleo...

E mais uma conquista. Você terá nesta edição, em forma de encarte, que pode ser destacado o **Currículo Mínimo para o Curso Superior de Arquivo**, com o parecer e justificativas apresentadas ao **Conselho Federal de Educação**. Neste trabalho, merece destaque a atuação da arquivista **Astréa de Moraes e Castro**, que representou em todas as fases de tramitação do processo, a competência e a maturidade do arquivista brasileiro. Como relator do parecer, o Conselheiro **Vicente Sobriño Porto**, que emprestou toda a sua cultura e inteligência.

Para o futuro vestibulando, apresentamos o autor preferido de vestibular, **Carlos Drumond de Andrade**, o poeta da **Crônica, Arquivo & Maria**. Esperamos publicar este ano, sempre uma página literária famosa, sobre este tema. Colabore conosco.

Você vai saber também a importância do **Thesaurus**, na última série do professor **Miranda Netto** sobre os **Aspectos Semânticos da Pesquisa Documental**.

Um recado de despedida. **Hâmida Rodrigues Helluy**, uma das fundadoras de **arquivo & administração** e a primeira Diretora Responsável, deixa nossa revista. Mas nosso convívio continua através de suas colaborações e de sua dedicação aos cursos da AAB. Uma carioca, com nome espanhol, **Maria de la Encarnación de España Iglesias**, foi a convidada para assumir a Diretoria de **arquivo & administração**. Marita, como é conhecida por todos, vem se dedicando à documentação e ao arquivo há 14 anos, tendo participado de vários congressos internacionais. Chefia a Biblioteca do Arquivo Nacional.

Para uma dica de férias, recomendamos uma especial para o fim de ano. Programe somente 12 dias em São Paulo, e participe, entre 29 de setembro e 10 de outubro de três congressos: dois nacionais e um internacional. Aproveite mais esta oportunidade de valorização profissional. Você encontrará todas as informações nesta edição.

E finalmente queremos registrar, que é propósito da **Maity Comunicação Visual** preparar uma edição especial para os congressos, desde que seja possível contar com o total apoio de nossos anunciantes, das agências de publicidade e de nossos colaboradores. E até lá.



1



2



3



4

da Redação.

SUMÁRIO

<u>EDITORIAL</u>	<u>3</u>	<u>J. P. Esposel</u> — Presidente da AAB
<u>CARTAS</u>	<u>4</u>	
<u>RECADO</u>	<u>5</u>	<u>da Redação</u>
<u>INFORMAÇÃO</u>	<u>7</u>	<u>Aspectos Semânticos: Pesquisa Documental</u> <u>Antonio Garcia Miranda Netto</u>
<u>ENSINO</u>	<u>11</u>	<u>Currículo Mínimo do Curso Superior de Arquivo</u> <u>aprovado pelo Conselho Federal de Educação</u> <u>Agnaldo Alves da Silva</u> <u>do Arquivo Inativo do Jornal do Brasil</u>
<u>TESTEMUNHO</u>	<u>23</u>	<u>Congressos, Conferências</u>
<u>ATIVIDADES</u>	<u>10</u>	<u>Cursos</u>
<u>CULTURAIS</u>	<u>26</u>	<u>27 Viagens</u> <u>28 Informações Diversas</u>
<u>LIVROS</u>	<u>25</u>	
<u>DOCUMENTANDO</u>	<u>30</u>	<u>Fernando Guimarães</u> <u>Arquivo & Maria</u> <u>Carlos Drumond de Andrade</u>
<u>CRÔNICA</u>	<u>32</u>	
<u>CAPA</u>		<u>Desenho de Joelson Gomes Rocha</u>

Ano Mundial da População
6.º Congresso Internacional do Microfilme
II Congresso Brasileiro de Arquivologia
Copa do Mundo 74
Sesquicentenário da Colonização Alemã no Brasil

5

ASPECTOS SEMÂNTICOS PESQUISA DOCUMENTAL

Prof. Antonio Garcia de Miranda Netto
(da Fundação Getúlio Vargas)

Para análise dos documentos e sua colocação em memória, precisamos de um sistema capaz de permitir, com mínimo de erro e máximo de economia, "classificar" a informação dentro de um modelo que possa ser posto em correspondência com um modelo de "busca" ou "recuperação". Esses "termos", isolados ou correlacionados, podem ser chamados, de um modo geral, como o faz Costello (1) do Battelle Memorial Institute, de "localizadores" (*locators*). Eles indicam, sejam os descritores (*Moers*), as palavras-chave (*Luhn*), os unitermos (*Taube*) ou os termos de estrutura (*Whaley*) a "posição" de conceitos unitários utilizados na recuperação. Já os *Thesauri*, como veremos, constituem um grau a mais de complexidade. Vamos apresentar três tipos de ordenação, de flexibilidade e complexidade crescente:

a) Ordem **linear** em que os elementos da documentação obedecem a uma seqüência, mediante um critério exterior à sua situação semântica: ordem alfabética, número de sílabas ou qualquer outro critério semelhante.

b) Ordem em **ramificação** — bidimensional, com a presença de categorias e subcategorias, de que são exemplo clássico as classificações de Dewey e a de Olet e Lafontaine. Também poderemos chamá-la de *árvore*.

c) Ordem em **reticulado** — pluridimensional, que leva em conta não só a hierarquia dos elementos em um repertório (ordem em ramificação) mas as associações entre esses mesmos elementos. É, por excelência, a ordem dos *Thesauri*.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Peter Mark Roget (1779-1869) ao publicar o seu *Thesaurus of English Words and Phrases*, em 1852, torna-se, historicamente, o pioneiro deste tipo de ordenação, embora não o primeiro a usar a palavra para indicar repertório ordenado de idéias ou conhecimentos. Brunetto Latini (1220? - 1249?) também chamado Brunettus Florentinus, mestre de Dante, usara a palavra como título de um poema didático alegórico, composto em "settenari accoppiati".

Il *Tesoretto* — que narra uma viagem pelos três reinos da natureza. Este poema é modelo evidente da obra futura do florentino, *La Commedia* mais tarde chamado *A Divina Comédia*. exilado em França, depois da derrota dos guelfos, Brunetto lá escreve, além de Il *Tesoretto*, um tratado, *Les Livres dou Tresor*, primeira

enciclopédia em vulgar, que era ordenada por assuntos correlacionados, e não, alfabeticamente.

Entre *Les Livres dou Tresor* de Brunetto Latini e o *Thesaurus* de Roget, houve em toda a Europa uma verdadeira inundação de *Thesauri*, entre eles os: *Thesaurus Musicus*, editado em 1546 em Nuremberg; o *Thesaurus Sacrorum Rituum* de Bartolomeo Gavanti (1622); o *Thesaurus Novus Anedictorum* de Martène e Durand (1717); e ainda o *Thesaurus Commentationum* de Voldebing (1846).

No *Thesaurus*, Roget, ao contrário de seus ilustres predecessores, teve o cuidado de estabelecer uma relação de correspondência semântica entre vocábulos. É um "dicionário de termos e idéias", que nos parece a característica essencial de um *Thesaurus*. Depois dos trabalhos de Noam Chomsky no campo da lingüística gerativa, ou como ele a chama — lingüística cartesiana (2) — nota-se uma tendência a eliminar a semântica, para insistir na formalização completa da linguagem natural, com a esperança de dar-lhe a univocidade das linguagens de informação. Mas aqui deveremos ter em mente a advertência de René Thom: a formalização, em si mesma, separada de um conteúdo inteligível, não pode ser fonte de conhecimento.

UM NOVO CONCEITO

Q **Ausdehnungslehre** (Tratado da Extensão) de Hermann Guenther Grassmann (1844 e o **Thesaurus** de Roget (1852) foram o ponto de partida para uma nova concepção de ordem, baseada na correlação semântica.

Grassmann traz à matemática (e à lógica, poderíamos acrescentar), um conceito novo: cada construto (construção ideal do pensamento) será ou um ato simples de produção (**Erzeugen**), ou um ato complexo de encadeamento (**Verknüpfung**).

O **Erzeugen** é a **poiesis** que situa o objeto em um ponto dos parâmetros de tempo e espaço.

A **Verknüpfung** é o estabelecimento de uma rede ligando os diferentes **Erzeugnisse**, em um espaço que tem um grau a mais de complexidade. Com isso se passa da noção intuitiva de **posição** e de **métrica** a uma noção mais abstrata de **estrutura**.

Dando um grau maior de refinamento à essa definição de estrutura, poderemos dizer com Warusfel (o **Dictionnaire** — 1966) que, “a estrutura de um conjunto é definida pelas operações e relações nele utilizadas” (3).

Surge assim a estrutura como uma espécie de **propriedade** de um conjunto, o que é extraordinariamente importante para fixar o sentido semântico dos **Thesauri**. O que disse Grassmann, em 1844, sem o rigor de definição de Warusfel, mais de um século depois, nada mais é do que a formalização da idéia de Roget.

No **Thesaurus** introduz-se um novo conceito, que equivale a uma nova dimensão no espaço de um dicionário comum e que poderíamos chamar de semântica cruzada. Em Roget, as idéias são classificadas em uma ordem em reticulado e a cada uma das idéias faz corresponder não só os vários termos que a ela se correlacionam, como ainda a idéia oposta.

O projeto de Roget era construir colunas tríplexes, com a idéia positiva, a idéia negativa e a idéia neutra, mas não pôde transformar o pensamento em realidade pelas dificuldades que explica no prefácio da obra (4). Roget nos dá um exemplo do que desejaria fazer, alinhando em tres colunas

Positivo	Neutro	Negativo
Identity	Difference	Contrariety
Beginning	Middle	End
Past	Present	Future

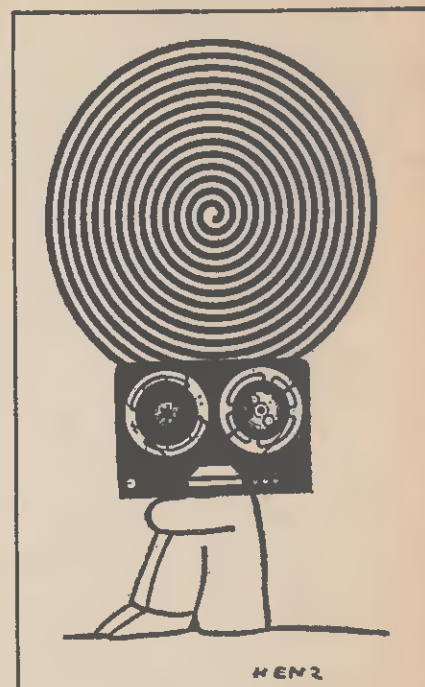
Em outros casos, diz Roget, a palavra intermediária é simplesmente a negação de cada um dos opostos:

Convexity	Flatness	Concavity
Desire	Indifference	Aversion

Outras vezes, a palavra intermediária representa o padrão para comparar os extremos, como no caso de:

Insufficiency	Sufficiency	Redundance
---------------	-------------	------------

onde o termo médio é igualmente oposto, de um lado a insuficiência, de outro a redundância.



Embora o extraordinário desenvolvimento dos estudos de signo, sinal e significado, que marca o pensamento contemporâneo, nos possa fazer crer que os conceitos de Roget são insuficientes para traduzir a complexidade do real, não se pode negar que representaram, em seu tempo, uma extraordinária visão do que se pode fazer no campo da classificação semântica dos elementos da documentação, que são as palavras.

A CHAVE PARA UM TESOURO

Um dos **Thesauri** mais simples e mais gerais, que apareceram nos últimos tempos, é o que foi organizado pelo New York Times, como tentativa de criar um repertório de assuntos gerais. No prefácio podemos ler: “... a espécie de **Thesaurus** que se desenvolveu na última década não é tanto um tesouro como a chave para um tesouro.



A verdadeira riqueza está nos arquivos de informação — livros, panfletos, relatórios, fotografias ou jornais — e o **Thesaurus** representa um instrumento para sua plena exploração.

Nada mais é do que mecanismo para ordenar e controlar o arquivo, de modo a permitir que novos itens possam ser adicionados, logicamente, à relação dos itens já existentes e, mais ainda, que todos os itens importantes se tornem acessíveis, rápido e adequadamente." (5).

Os sistemas de recuperação da informação tem como finalidade a transformação de um repertório finito de conhecimentos, criado no passado, em tempo finito, sob a forma de registro inscrito (memória) em um outro repertório específico e finito, produzido em tempo futuro e indeterminado, para satisfazer os requisitos formulados pelo usuário da informação (6).

Ora, para tal processo é necessária a coordenação dos conceitos contidos no **index** do documentalista.

Os **Thesauri** visam pois, fundamentalmente, a diminuir o que Maloney chama de **perda semântica** no processo (7).

Concluimos, apresentando a definição de **Thesaurus** dada pelos autores de uma das linguagens de

informação mais refinadas, o SYNTOL (Syntagmatic Organization Language): "**Thesaurus** (8) sentido geral: dicionário das palavras de uma língua natural, agrupada por afinidades **semânticas**, segundo critérios variáveis. Sinônimo: dicionário conceitual. Sentido particular (automação documental): dicionário de equivalências absolutas ou condicionais, entre as palavras ou expressões de uma língua natural e os **descritores** de uma linguagem documental" (Grifo nosso)

Poderemos pois dizer que o aspecto semântico é fundamental em um **Thesaurus**, tanto no sentido acima apontado, que é geral, como no sentido mais restrito. Convém, entretanto, deixar bem claro que, diante da importância e do progresso cada vez maior do processamento eletrônico, a construção dos **Thesauri** de transformação (língua natural — linguagem de informação) é um dos capítulos fundamentais da documentalística •

BIBLIOGRAFIA

- (1) Costello, Jr., John C. **Indexing in Depth: Practical Parameters in Information Handling, First Principles**. Washington, Spartan Books, 1963.
- (2) Chomsky, Noam. **Cartesian Linguistics: A Chapter in the History of Rationalistic Thought**. New York, Harper & Row, 1966.
- (3) Para a definição da palavra **Structure**, ver: Warusfel, André. **Dictionnaire Raisoné de Mathématiques**. Paris, Seuil, 1966.
- (4) Roget, Peter. **Thesaurus of English Words and Phrases**. Introduction, London, J. M. Dent & Sons, 1946. vol. I.
- (5) The New York Times **Tresaurus of Descriptors**. New York, New York Times Co., 1968.
- (6) Ver referência 8
- (7) Maloney, Clifford J. **Semantic Information**. **American Documentation**, Jul. 1962, p. 276-287.
- (8) Para um desenvolvimento maior de Linguagens de Informação, ver: Miranda Netto, A. de. **Terminologia Científica e Técnica, barreira à Comunicação e à Automação**. Rio de Janeiro, 2.º Congresso Regional sobre Documentação, 9.ª Reunião da FID/CLA, 1969.

CALENDARIO DE ARQUIVOS NO MUNDO

A Secretaria do Conselho Internacional de Arquivos

está divulgando o calendário de atividades para o corrente ano. Estas atividades, organizadas em colaboração com o seu conselho, compreende conferências, estágios, reuniões e seminários realizados em todo o mundo.

1974	maio	ÁFRICA	Lusaka	Encontro regional sobre a Formação do Profissional de Arquivos nos países africanos de línguas inglesa e francesa.	
	6 a 8		Lusaka	Conferência geral da ECARBICA.	
	agosto	INGLATERRA	Londres	Estágio para formação em Informática para Arquivística.	
	setembro	FRANÇA	Paris UNESCO	Conferência Intergovernamental sobre a Planificação das Infraestruturas nacionais em matérias de Documentação de Bibliotecas e de Arquivos.	
	set/outubro	30 a 4	CARAÍBAS	Guadalupe Martinica	Conferências sobre os Arquivos das Caraíbas.
		7 a 10	CANADÁ	Ottawa Ontário	XV Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos.
		14 a 17	EUA	Nova Iorque Hyde Park	Sessão Anual do Comitê Executivo do Conselho Internacional des Archives.

Encontros já realizados em 1974

março

Reunião sobre o projeto do Guia de Fontes Históricas da África do Norte, Ásia e Oceania.

17 a 30

EUA

Washington

Seminário sobre Administração de Documentos.

abril

Dakar

Reunião constitutiva do Fundo Internacional para o Desenvolvimento dos Arquivos.

Encontros realizados no ano passado

maio

15 a 18

Luxemburgo

XIV Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos.

20 a 23

BÉLGICA

Bruxelas

Sessão Anual do Comitê Executivo do Conselho Internacional des Archives.

25 a 26

FRANÇA

Paris
— UNESCO

Reunião sobre a Planificação dos Arquivos nos Países em Desenvolvimento.

28 a 30

FRANÇA

Paris
— UNESCO

Sessão do Comitê para o Desenvolvimento dos Arquivos.

junho

4 a 16

ÁSIA

Kuala Lumpur

Reunião Regional para os Dirigentes dos Arquivos do Sudoeste da Ásia.

outubro

8 a 12

ITÁLIA

Roma

Reunião do Microfilme do Conselho Internacional des Archives — CIA.

novembro

19 a 21

FRANÇA

Paris
— UNESCO

Reunião da FIAB/ sobre a Proteção Física dos Documentos e dos Livros.

10 (In Bulletin n.º 1 octobre 1973 — Conseil International des Archives)

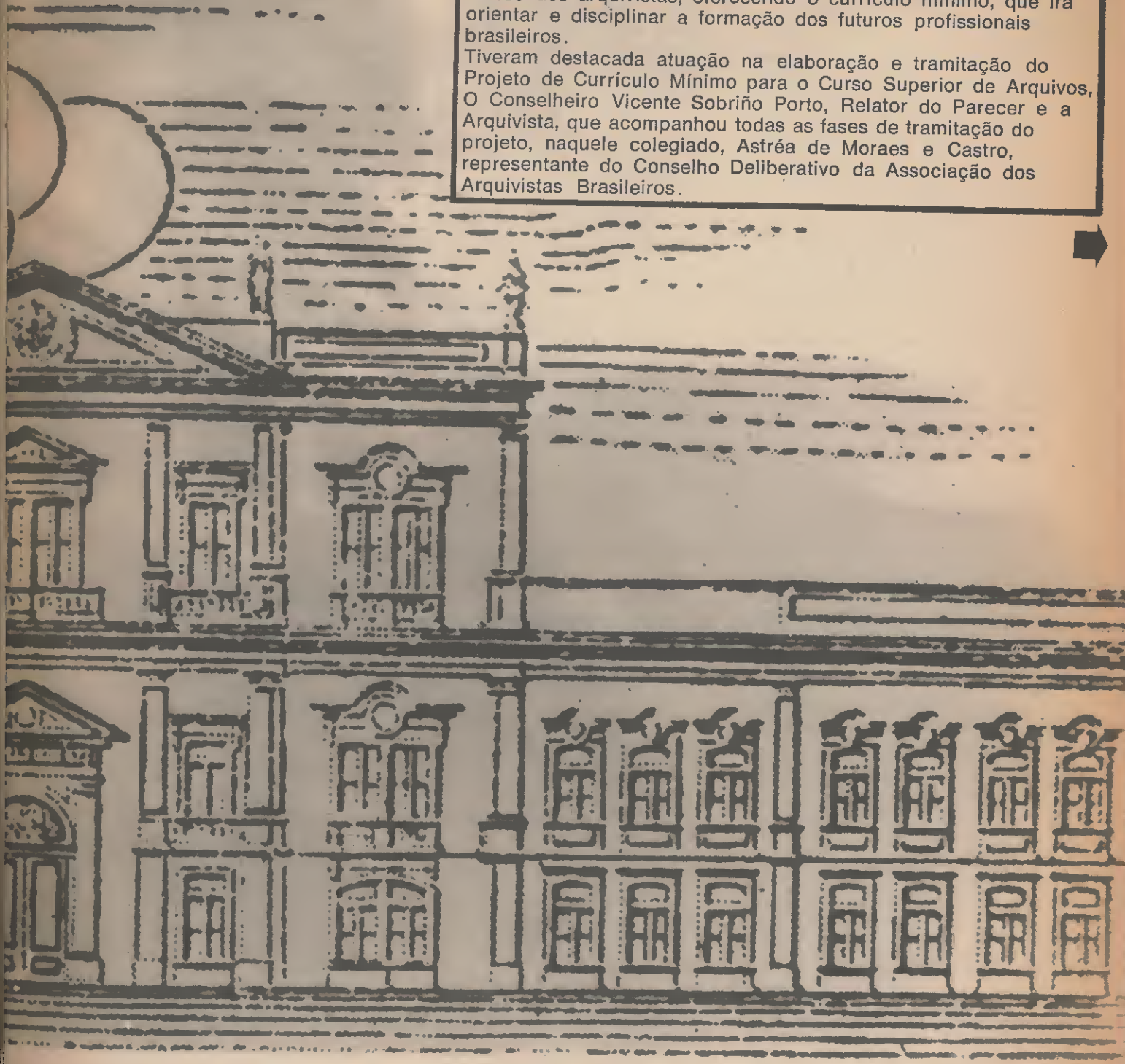
Endereço para correspondência:

Secretariat du Conseil International des Archives, 60, rue des Francs — Bourgeois.
75003 — Paris — France.

arquivo & administração

Na reunião do dia 7 de março deste ano, exatamente dois anos após ter sido aprovada a criação dos Cursos Superiores de Arquivo no país, e cumprindo a recomendação apresentada e aprovada, em plenário, durante a realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado no Rio de Janeiro, em 1972, o Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação e Cultura, complementou sua atuação em benefício de toda a classe dos arquivistas, oferecendo o currículo mínimo, que irá orientar e disciplinar a formação dos futuros profissionais brasileiros.

Tiveram destacada atuação na elaboração e tramitação do Projeto de Currículo Mínimo para o Curso Superior de Arquivos, O Conselheiro Vicente Sobriño Porto, Relator do Parecer e a Arquivista, que acompanhou todas as fases de tramitação do projeto, naquele colegiado, Astréa de Moraes e Castro, representante do Conselho Deliberativo da Associação dos Arquivistas Brasileiros.



Currículo Mínimo do Curso Superior de Arquivo



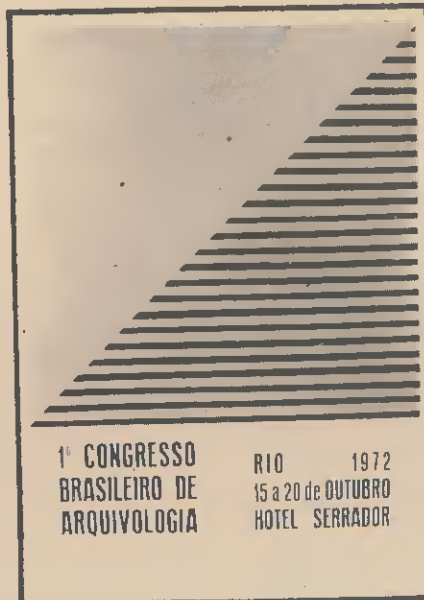
2.1. Em decorrência da necessidade do treinamento do pessoal que se dedica ao manuseio de papéis e ao arquivamento dos mesmos, uma vez encerrada a sua tramitação, algumas empresas de natureza privada

1. HISTÓRICO

1.1. Tendo em vista a aprovação do Parecer n.º 212/72 do Conselho Federal de Educação, concernente à criação do **Curso de Arquivo** em nível superior, o Sr. **Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros**, em ofício dirigido ao Sr. **Presidente do Conselho Federal de Educação**, cumprindo Recomendação do **1.º Congresso Brasileiro de Arquivologia**, realizado na Guanabara, de 15 a 20 de outubro de 1972, encaminha a este Egrégio Colegiado projeto de Currículo Mínimo para um Curso Superior de Arquivo.

1.2. O referido **Curso**, previsto para integralizar-se em 6 períodos letivos, totalizando 2.025 horas-aula, no projeto da Associação dos Arquivistas Brasileiros, teria o seguinte currículo mínimo:

- **Introdução ao Estudo da História** (Propedêutica e Metodologia da História; **Historiografia e Ciências Auxiliares da História**, com exclusão de Paleografia e Diplomática).
- **Introdução à Administração Geral**
- **Introdução à Filosofia** (Lógica e Teoria do conhecimento).
- **Introdução à Documentação** (Conceituação; Órgãos de documentação; Fontes de Informação; Pesquisa e referência Bibliográfica).
- **Introdução à Cultura Científica** (ciências sociais e humanas; ciências físicas e biológicas).
- **Introdução à Comunicação** (expressão verbal noções de Relações Públicas e Divulgação).
- **História Administrativa, Econômica e Social do Brasil**.
- **Português Histórico**
- **Paleografia e Diplomática**.
- **Notariado**.



- **Arquivo I a VI** (origens e história; conceito; definições, finalidades, classificação dos arquivos; tipos de arquivamento; terminologia; gêneros e espécies dos documentos; bibliografia arquivística; assistência técnica; cooperação internacional, legislação, ética arquivística; instalação e equipamento; conservação, restauração e reprodução de documentos, arquivos correntes, planejamento, organização, administração, arranjo e descrição; arquivos especiais (audio-visuais, etc.) — e arquivos especializados (médicos, etc.) — teoria e prática.
- **Informática**
- **Estudos dos Problemas Brasileiros**
- **Educação Física**
- **Estágio**

2. POSIÇÃO DO ENSINO DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

OBSERVAÇÃO: Antes de mais, acredita o Relator ser oportuno apresentar algumas considerações sobre o ensino da Arquivologia, em nosso País.

criaram pequenos cursos, buscando adestrar os funcionários que desempenhavam aquelas tarefas. Eram sempre medidas esporádicas e acessíveis, apenas, a reduzido número de servidores.

2.2. Também o Arquivo Nacional, por resentir-se da falta de especialistas, para o trato eficiente do valioso acervo de documentos que possui, passou a ministrar aulas de Arquivística; primeiro, para o seu próprio pessoal, depois, para tantos quantos buscavam preparar-se tecnicamente nesse campo de atividades.

Vale, aqui, transcrever parte da **Nota Liminar** que **José Honório Rodrigues** inseriu na Tradução de Manoel A. Wanderley do livro **Manual de Arquivos** de autoria de T. R. Schellenberg, "reconhecido como uma das maiores autoridades norte-americanas no campo da Arquivística".

Deve-se a Alcides Bezerra, que dirigiu o Arquivo Nacional (1922-1938) mais como um erudito que como um arquivista profissional, encorajando e apoiando estudos e iniciativas da erudição brasileira, a idéia de criar um curso técnico de formação e aperfeiçoamento do pessoal de arquivos. A presteza com que o sábio erudito, autor de tantos trabalhos de cultura filosófica e histórica, procurou valorizar a realização arquivística profissional, revela-se na criação dos cursos técnicos pelo Decreto número 15.596, de 2 de agosto de 1922, incorporados ao Regulamento de 1923 (arts. 72 a 88) e destinados a habilitar os candidatos aos cargos de amanuense do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional e ao de terceiro Oficial do Museu Histórico Nacional.

Se esta iniciativa não foi inteiramente sua, contou, pelo menos, com seu decidido apoio, pois em 1930 ele propunha com acertada visão, que o curso deveria ser incorporado à Universidade do Rio de Janeiro, então em projeto, e em 1932 defendia a criação autônoma do curso técnico, visto que a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico haviam criado cursos próprios e independentes. Ele alimentava "a esperança que, em futuro não muito remoto, contará o Arquivo Nacional com um corpo de competentes arquivistas" e expunha, em quase todos os seus relatórios, a necessidade da melhor formação de arquivistas. Entendia, acertadamente, que não se devia perder de vista "o caráter superior do curso técnico, que pressupõe nos candidatos conhecimentos de várias matérias do curso de humanidades". Sua Exposição de Motivos, apresentada ao Ministro Antunes Maciel, em 22 de março de 1932, é uma peça válida até hoje, pela atualidade das idéias e pelo espírito crítico.

Alcides Bezerra insistiu até a sua saída, pela criação do curso destinado à formação teórico-prática de funcionários de Arquivos. O Governo Provisório, que prestou enormes serviços à Biblioteca Nacional e ao Museu Histórico, criando cursos de biblioteconomia e de conservador de museus, desserviui ao Arquivo, ao deixar ao desamparo a formação de seu pessoal.

A administração seguinte do Arquivo Nacional desconheceu o problema, e durante vinte anos não mais se tratou nem da formação de arquivistas, nem de publicação de literatura especializada. O resultado a Nação conhece hoje: o absoluto e total despreparo arquivístico e o atraso da instituição, que funcionava como um depósito, alheio à transformação e ao desenvolvimento dos grandes Arquivos mundiais, e como uma base de es-

tudos eruditós, estremamente limitados a dois ou três campos de interesse do Diretor.

Ao assumirmos a direção, a 29 de agosto de 1958, logo constatamos essa deficiência e em abril de 1959 se iniciava o primeiro curso, terminando em julho. O segundo curso, iniciado em agosto, e terminado em dezembro, contou com a colaboração de um professor francês, o Diretor dos arquivos do Sarthe, Henri Boullieur de Branche, e só não teve a colaboração de George S. Ulibarri, dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, porque este, à última hora, se viu impossibilitado de vir ao Brasil. O primeiro curso destinou-se à formação de auxiliares e o segundo ao aperfeiçoamento de arquivistas. Ambos tiveram grande influência e excelentes resultados, apesar da iniciativa ter sido considerada como uma experiência, que nos deveria indicar, pelos acertos e falhas, a futura programação desses cursos, organizados pelo Arquivo Nacional e pelos Cursos de Administração do DASP.

Creio que esta iniciativa responde não só aos apelos de Alcides Bezerra, que primeiro sentiu sua necessidade, como ao desafio de dotar o país de um quadro profissional que se valoriza com o desenvolvimento econômico.

2.3. É curioso assinalar que o Decreto n.º 15.596 de 2 de agosto de 1922, mencionado por Honório Rodrigues, já estabelecia um currículo mínimo para o curso técnico destinado a habilitar os candidatos ao cargo de 3.º Oficial do Museu Histórico Nacional e ao de Amanuense da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional. No referido curso, que teria a duração de 2 anos, seriam ministradas as seguintes disciplinas:

- 1.º ano: História Literária, Paleografia e Epigrafia, História Política e Administrativa do Brasil, Arqueologia e História da Arte.
- 2.º ano: Bibliografia, Cronologia e Diplomática, Numismática e Sigilografia, Iconografia e Cartografia.

Arquivo



Pelo que tem de elucidativo transcrevem-se, a seguir, em sua grafia original, os artigos 56 a 76 do "Regulamento a que se refere o Decreto número 15.596":

Art. 56 — O ensino das matérias será dividido entre os estabelecimentos a que é commum o curso technico, cabendo ao Museu Histórico Nacional o de archeologia e história da arte, de numismatica e sigilographia, à Bibliotheca Nacional e de história litteraria, de bibliographia, de paleographia e epigraphia e de iconographia e cartographia e ao Archivo Nacional o de historia politica e administrativa do Brasil e de chronologia e diplomatica.

Art. 57 — Como professores das matérias do curso technico servirão os funcionários designados pelos directores dos estabelecimentos a que taes materias corresponderem ou, em caso de necessidade, outras pessoas para esse fim convidadas.

Art. 58 — Os programmas serão organizados annualmente pelos professores e submetidos à approvação dos directores, que se reunirão na Bibliotheca Nacional e se entenderão sobre o horario a ser estabelecido e o regular funcionamento do curso.

Art. 59 — De 16 a 31 de março estará aberta a matricula na Bibliotheca Nacional, devendo os candidatos ao 1.º anno apresentar certidões de aprovação nos exames de portuguez, francez, latim, arithmetica, geographia e história universal, especialmente chorographia e história do Brasil, prestados em instituto federal ou fiscalizado pelo Governo.

Art. 60 — Logo que se encerrar a matricula, será enviada aos directores do Museu Historico Nacional e do Archivo Nacional a relação dos alumnos matriculados.

Art. 61 — Realizar-se-ão as aulas nos mezes de abril a novembro e durarão uma hora, destinando-se a cada materia trez horas de aula em cada duas semanas.

Art. 62 — Nas aulas que as comportarem, serão dadas lições de classificação e administração de bibliothecas, mappothecas, archivos, museus historicos e gabinetes de estampas e de moedas e medalhas, comprehendidos os exercicios praticos.

Art. 63 — Encerradas as aulas, seguir-se-ão os exames, prestados por materias, aos quaes só serão admitidos os alumnos que houverem comparecido a mais de metade das aulas correspondentes.

Art. 64 — Realizar-se-ão os exames em cada um dos trez estabelecimentos, conforme a materia, perante uma comissão composta do director e dois professores, um dos quaes será, de preferencia, o que se tiver encarregado do respectivo ensino.

Art. 65 — O exame de qualquer das materias constará de prova escripta, para a qual se darão duas horas, e de uma prova oral, que não poderá passar de meia hora.

Parágrafo único — As provas escriptas de paleographia e epigraphia, archeologia e história da arte, bibliographia, chronologia e cartographia

terão o caracter de provas praticas de descripção e classificação de objectos pertencentes às colleções dos estabelecimentos em que taes materias devem ser leccionadas.

Art. 66 — A cada uma das provas, escriptas e oraes, que forem julgadas aproveitaveis será dado um valor, de um a cinco pontos, considerando-se aprovados na materia os alumnos que houverem obtido 12 pontos, no minimo, como somma das notas dos trez membros da comissão examinadora.

Art. 67 — De 1 a 15 de março estará aberta na Bibliotheca Nacional, a inscrição para os exames de segunda época, aos quaes serão admitidos os alumnos matriculados que por qualquer motivo houverem deixado de prestar exame na primeira época ou sido inhabilitado nessa occasião.



Art. 68 — As pessoas que tiverem seguido, no estrangeiro, cursos semelhantes e obtido o respectivo certificado de habilitação poderão ser admitidas, em segunda época, a exame de todas as materias do curso tecnico, provando haver sido aprovadas nos exames de portuguez, chorographia e historia do Brasil, prestados nos institutos a que se refere o art. 59.

Art. 69 — Encerrada a inscrição para os exames de segunda época, será enviada aos directores do Museu Histórico Nacional e do Archivo Nacional a relação dos candidatos inscriptos.

Art. 70 — O resultado dos exames será sempre communicado pelo director do estabelecimento em que se tiverem realizado aos directores dos outros estabelecimentos, aos quaes serão enviados copias authenticadas dos termos de exame.

Art. 71 — Às pessoas que obtiverem aprovação em todas as materias do curso tecnico serão expedidos certificados dos trez estabelecimentos e em que se declarará o numero de pontos obtidos em cada exame.

Art. 72 — Haverá um curso ou serie de conferencias publicas sobre historia patria e educação civica, a cargo de funcionarios do Museu ou de outras pessoas para esse fim convidadas.

Art. 73 — Cursos especiaes e conferencias avulsas sobre assumptos historicos poderão realizar-se por iniciativa do director ou mediante sua permissão.

§ 1.º — O Director terá sempre o direito de exigir que lhte seja apresentada, com a devida antecedencia, a conferencia escripta para, depois de a ler, autorizar ou não a sua realização.

§ 2.º — A sala de conferencias será cedida mediante aluguel, quando forem pagas as entradas e não for destinado a um fim patriotico ou beneficente o producto destas.



Art. 74 — Deverão ter um carácter instrutivo e educativo as conferências promovidas pelo Museu e ser ilustradas, sempre que for possível, com projecções e com a apresentação de objectos históricos.

Art. 75 — O Museu procurará relembrar as grandes datas nacionais por meio de exposições especiais ou por outras formas de comemoração.

Art. 76 — Para solenidades que não forem de iniciativa do Museu e sala de conferencias não será cedida sem autorização do Ministro.

2.4. Mas antes mesmo de 1922, em 1911, o Decreto n.º 9.197, de 9 de fevereiro, instituiu, no Arquivo Nacional, um **Curso de Diplomática**, onde se ensinariam a Paleografia; com exercícios práticos, a **Cronologia**, a **Crítica Histórica**, a **Tecnologia Diplomática** e **Regras de Classificação**. Esse curso deveria funcionar uma vez por semana e, consoante o parágrafo único do art. 10, "os lugares de professores do Curso de Diplomática (seriam) exercidos pelos funcionários do Arquivo Nacional".

Apesar desses decretos, inclusive o de número 16.036, de 14 de maio de 1923, como observa **Myrtes da Silva Ferreira**, chefe da Seção de Cursos do Arquivo Nacional, em artigo publicado na revista **Arquivo & Administração**, n.º 1, ano 1, pág. 13 "somente após a reforma regimental de 1958, passam os Cursos de especialização do Arquivo Nacional a funcionar em carácter regular".

2.5. Por outro lado, os **manuscritos**, considerados de valor histórico, conservados em seções especiais de bibliotecas, passaram a ser apreciados por profissionais de biblioteconomia, que a eles aplicavam os processos e técnicas próprias de sua especialidade. Acrescendo ainda assinalar que, alertados para a diferença de tratamento que deve ser dispensado à documentação bibliográfica e à documentação textual primária, alguns cursos de Biblioteconomia introduziram, em seus currículos, como disciplina autônoma, e **Arquivologia**.

2.6. "Presentemente — e é Myrtes da Silva Ferreira quem informa — mantém o Arquivo Nacional, em suas próprias dependências cursos distintos: avulsos, de **Técnica de Arquivo** e o **Curso Permanente de Arquivos**. Ambos visando **habilitar pessoal para o exercício das funções arquivísticas**, aperfeiçoar os que já exercem as mesmas, capacitando-os para uma organização sistemática e racional de documentação de carácter oficial e privado.

Cursos Avulsos de Técnica de Arquivo são realizados em número de treze anualmente. Têm limitação para 50 candidatos dos quais exige-se haver concluído o curso ginasial — condição da qual estão isentos os inscritos ex-offício. Período de duração: quatro meses.

De grande aceitação, tem este Curso como clientela funcionários de organizações comerciais, bancárias, estudantes, e especialmente pessoal civil e militar do Ministério da Marinha.

Conserva o Curso Permanente de Arquivo a mesma duração de dois anos porém, aos candidatos exige-se agora conclusão do antigo 2.º ciclo, ou curso equivalente. Quanto ao currículo passou a ser o que se segue:

1.º ano: **Diplomática, Genealogia, História do Brasil, Organização da Administração Brasileira e Técnica de Arquivo.**

2.º ano: **Heráldico, História do Brasil, Notariado, Organização e Administração de Arquivo e Paleografia.**

É válido esclarecer, serem estas realmente as matérias ministradas no Curso desde seus inícios. Houve, ao invés de reforma de currículo, melhor distribuição das disciplinas, como se pode ver."

2.7. Finalmente, consoante acordo firmado entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional, publicado no Diário Oficial (Seção 1 — Parte II) de 25 de outubro de 1973, a primeira concedeu o segundo mandato universitário para realização do **Curso Permanente de Arquivos**, nos seguintes termos:

Termo de acordo entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional, para outorga de mandato Universitário ao segundo, nos termos do Decreto-lei n.º 8.393 de 17 de dezembro de 1945, combinado com o art. 143 e seu parágrafo único do Estatuto da Universidade, baixada com o Decreto n.º 66.536 de 6 de maio de 1970.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público nos termos do Decreto-lei n.º 8.393 de 17 de dezembro de 1945, representada por seu Reitor Professor Hélio Fraga, usando da faculdade que lhe confere o art. 13 e seu parágrafo único, do Estatuto respectivo, baixado com o Decreto n.º 66.536 de 6



Esposer — AAB Raul Lima — AN Barreto de Aragão Hélio Fraga — UFRJ



QUINTA — A Universidade Federal do Rio de Janeiro obriga-se a reconhecer o **CURSO PERMANENTE**, promovido pelo Arquivo Nacional, na conformidade da cláusula Primeira, e a expedir certificado de aprovação aos alunos que tenham frequentado, com aproveitamento devidamente apurado.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente termo, as duas partes, na presença, das testemunhas abaixo."

de maio de 1970, e na conformidade da autorização do Conselho Universitário, constante do processo n.º 9.121/72, e o Diretor do Arquivo Nacional, representado pelo seu Diretor, Dr. Raul do Rego Lima, acordam o primeiro em conferir e o segundo em aceitar, o seguinte mandato Universitário:

PRIMEIRA — A universidade Federal do Rio de Janeiro, reconhecendo o alto valor do **CURSO PERMANENTE DE ARQUIVOS**, criado em decorrência do Decreto n.º 15.596, de 2 de agosto de 1922 e organizado conforme o Regimento aprovado pelo Decreto número 44.862, de 21 de novembro de 1958 confere mandato universitário para realização do referido curso, sem quaisquer responsabilidades financeiras para a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SEGUNDA — A Universidade Federal do Rio de Janeiro designa o **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**, como Unidade que, através de um seu representante, designado pelo Diretor, ficará responsável pelo acompanhamento do curso, com o fim de verificar a obediência aos princípios didáticos, pedagógicos e a observância e preservação dos interesses da Universidade.

TERCEIRA — O Arquivo Nacional colaborará com a Universidade Federal do Rio de Janeiro: a) franqueando o curso e suas instalações aos seminários das matérias afins do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, conforme programa de trabalhos previamente comunicados; b) cooperação entre o curso e o mesmo Instituto e outros órgãos da Universidade, em tudo o que se refira aos estudos especializados constantes do seu "currículo"; c) aulas e conferências do interesse comum e visitas metódicas de professores e estudantes da Universidade ao Arquivo Nacional, onde encontrarão mostruários e roteiros pertinentes aos assuntos que, interessando à história pátria, lhes suscitem pesquisas de caráter científico; d) outras formas de entendimento cultural que se revelarem úteis.

QUARTA — O Arquivo Nacional, aceitando o mandato que lhe é conferido, assume a responsabilidade de manutenção de Cursos de Extensão Universitária com a organização atual, podendo futuramente introduzir na sua estrutura as modificações que forem acordadas pelas entidades signatárias do presente acordo.

3. NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA EM NÍVEL SUPERIOR

3.1. Ao terminar o seu trabalho sobre **A avaliação dos Documentos públicos Modernos**, T. R. Shellenberg faz algumas observações que permitem concluir pela necessidade de exigir-se que a formação do Arquivista se faça em nível superior.

Entre as observações do autor mencionado, assinalar-se-ão as seguintes: 3.1.1. "Não se devem basear as avaliações dos documentos na intuição ou em suposições arbitrárias de valor; elas devem basear-se ao contrário em análises completas da documentação relativa à matéria a que os documentos dizem respeito. "A análise constitui a essência da avaliação" (...) O trabalho analítico (...) é preliminar à avaliação de documentos".

3.1.2. "Não se podem reduzir a padrões exatos as considerações que devem ser tidas em mente ao determinar os valores dos documentos (...) Os padrões nunca devem ser considerados como absolutos ou finais. Na melhor das hipóteses servirão apenas como guias que dirigirão o arquivista através dos traçozeiros escolhidos da avaliação".

3.1.3. "Um arquivista (...) verifica que nem todos (os documentos que analise) devem ser preservados, que alguns devem ser destruídos e que, de fato, uma destruição — discriminatória de uma porção deles é um serviço à erudição". (...) Uma seleção cuidadosa da documentação produzida (...) é necessária, se não se quiser encher as estantes de material insignificante, que irá literalmente submergir aquele que tem valor". Tradução de Leda Boechat Rodrigues, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959, págs. 53/56).

Como assinala, ainda, o mesmo Schellenberg, em outra publicação, já citada neste parecer, "A avaliação dos Documentos Públicos Modernos" págs. 11/12:

Os documentos públicos modernos são muito volumosos. Seu crescimento em volume corresponde, de perto, ao aumento da população humana a partir da metade do século dezoito. Esse aumento populacional tornou necessária a expansão da atividade do governo e produziu, concomitantemente, tremendo aumento na produção de documentos.

Como se aplicaram métodos tecnológicos modernos à produção de documentos, seu crescimento, nas últimas décadas, tem sido em proporção antes geométrica que aritmética.

Uma redução na quantidade dos documentos é essencial tanto para o governo como para o estudioso. Um governo não pode permitir guardar todos os documentos produzidos em consequência de suas múltiplas atividades. Não pode prover espaço para armazená-los nem corpos técnicos para cuidá-los. Os custos de manutenção dos mesmos estão fora dos meios da nação mais opulenta. E nem os estudiosos se aproveitam da manutenção de todos os documentos. Eles não podem encontrar seu caminho através das extraordinárias quantidades de documentos públicos modernos. Os documentos devem ter suas quantidades reduzidas, a fim de tornarem-se úteis para a pesquisa erudita.

E mais adiante:

.. Grande cuidado deve ser tomado na eliminação dos documentos públicos modernos, a fim de reter-se aqueles que têm valor. A longo prazo, a efetividade de um programa de eliminação de documentos deve ser julgada de acordo com a correção de suas determinações. Em tal programa nada pode substituir o cuidadoso trabalho analítico. Não se podem inventar técnicas que reduzam a importante decisão sobre os valores a uma operação mecânica. Nem existe um meio barato e fácil de eliminação dos documentos, salvo o de destruir tudo o que foi criado e jogar, literalmente, tudo fora. Essa solução drástica só seduziria o analista, que nada de bom vê nas instituições sociais ou nos documentos relativos às mesmas. As dificuldades de avaliar documentos recentes são tão grandes que é pouco de admirar-se que alguns arquivistas em determinado momento tenham deliberado fechar os olhos e não agir a esse respeito.

3.1.4. Evidentemente, como se depreende do estudo de Marcelo Bazán Lazcano, sobre *El Descarte*, publicado na *Revista del Archivo General de La Nación*, Buenos Aires, ano II, n.º 2, Pág. 27, o critério da seleção não pode ser a própria seleção, onde se levariam em conta, sobretudo o tato, o olfato e o instinto do selecionador, mas a seleção deveria ser metodicamente feita "en base a principios biens estudiados y prácticas bien controladas" exigindo, portanto, "preparación adecuada de aquellos encargados para tal función".

3.2. Assim sendo, parece ao Relator que o trato dos documentos que são confiados ao arquivista, o arranjo dos mesmos, a sua descrição, avaliação, utilização e descarte estão a exigir desse profissional formação especializada, em nível superior.



4. OS ARQUIVOS NA ADMINISTRAÇÃO

Como assinala Jean-Jacques Valette, conservador da Cité Interministérielle dos Arquivos da França, em documento reproduzido e distribuído pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, UNESCO, com o título original *Le Rôle des Archives dans l'Administration et dans la Politique de Planification dans le Pays en voie de Developpement*, traduzido para o português, sob os auspícios do Arquivo Nacional, 1973, pág. 13):

KARTRO



É bom lembrar (...) que os arquivos são constituídos pelos papéis recebidos ou elaborados pela administração no conjunto de suas atividades (...). A organização dos processos deve, para atender às necessidades, variar segundo os diversos estágios de sua utilização, em razão da definição do rante clássica das Três Idades dos documentos, segundo a qual se distingue:

1) Os Arquivos de Movimento, ou Correntes, processos em curso ou consultados freqüentemente pelos Serviços, que são conservados ora nos próprios escritórios ou repartições que os constituem, ora em dependências próximas de fácil acesso.

2) Os Arquivos de Segundo Idade, processos que perderam sua atualidade, mas cujos serviços podem ainda ser solicitados, seja para tratar de assuntos idênticos, para retomar um problema novamente focalizado. Eles não têm necessidade de serem conservados nas proximidades dos escritórios. Esses processos da segunda idade são objeto de pré-arquivamento.

3) Arquivos de Terceira Idade, processos que perderam todo valor de natureza administrativa e que se conservam em razão do seu valor histórico e documentário e que constituem os meios de conhecer o passado do País e sua evolução.

5. RELAÇÕES DA BIBLIOTECA COM O ARQUIVO

5.1. Estabelecendo as distinções entre material de arquivo e da biblioteca, assinala, ainda T.R. Schellenberg, no citado *Manual de Arquivos*.
5.1.1. Os tipos tratados pelas bibliotecas são as publicações impressas, enquanto os documentos em forma textual o são precisamente pelos arquivos.

5.1.2. O material de arquivo é produzido ou acumulado para a consecução de um objeto funcional; o de biblioteca, mormente, para objetivos culturais.

5.1.3. O material de arquivo provém das atividades públicas ou privadas servidas pelo arquivo; não é usualmente adquirido por compra ou doação; nem é objeto de coleção. O material de biblioteca é colecionado a partir de fontes múltiplas; é adquirido por compra ou doação. (op. cit. pág. 12).

5.2. Em outra obra *Arquivos Modernos — Princípios e Técnicas* — traduzida sob os auspícios da Fundação Getúlio Vargas em 1973, por Nilza Telxreira Soares, — Schellenberg volta ao problema do arquivo e da biblioteca, e assinala:

(...) as diferenças entre os métodos do arquivista e do bibliotecário devem-se à própria natureza dos materiais com que lidam

estes dois técnicos.

Ao Bibliotecário concernem, de modo geral, unidades avulsas e indivisíveis, cada uma tendo o seu valor próprio; ao Arquivista, unidades que são agregados ou unidades menores cujo valor deriva, ao menos em parte, de sua relação umas com as outras. Conquanto as duas profissões usem, algumas vezes, a mesma terminologia para designar alguns de seus métodos, estas, de fato, diferem pela base. E mesmo a terminologia está se tornando diferente. Assim é que ao material recebido pelo bibliotecário dá-se o nome de aquisições, subentendendo-se compras, doações ou permutas e ao recebido pelo arquivista chama-se recolhimentos ou acessões (accessions), por transferência ou por depósito. O bibliotecário seleciona o seu material de acordo com esquemas de classificação predeterminados, ao passo que o arquivista arranja o seu em relação à estrutura orgânica e funcional. O bibliotecário cataloga o seu material ao passo que o arquivista descreve o seu em guias, inventários e listas especiais:

5.2.1. Mais adiante, frisa o autor citado:

“Quanto à formação profissional o arquivista e o bibliotecário podem também trabalhar em conjunto. Considerando, entretanto, que a prática biblioteconômica focaliza o tratamento de peças individuais, isto constitui um perigo para a profissão do arquivista, perigo que se agrava quando os arquivos e manuscritos são colocados juntos sob a administração de um arquivista com formação de bibliotecário. Tal formação pode, embora não necessariamente, levá-lo a preocupar-se com as peças individuais no trabalho de arquivo. O princípio biblioteconômico de colecionar tais peças, é particularmente, perigoso se for praticado na avaliação de documentos oficiais,

pois, neste caso, enquanto o arquivista se ocupa da separação das peças individuais, poderá deixar escapar a documentação básica de uma atividade. O mal daí resultante anula qualquer vantagem que possa advir das facilidades de que dispõe para a preservação de documentos. As técnicas biblioteconômicas de classificação também, quando aplicadas aos arquivos, têm, invariavelmente, ocasionado resultados indesejáveis, e não deveriam ser usadas pelo arquivista. Os arquivos e os manuscritos históricos, em particular, se guardados sob a custódia de um mesmo arquivo, devem ser sempre conservados separados. A intercalação de manuscritos históricos e arquivos é um erro imperdoável do arquivista.

5.3. Como ainda assinala Schellenberg, quando se acentuam as diferenças básicas entre as profissões de arquivista e bibliotecário não se devem omitir os setores em que existem contribuições recíprocas.

"Em relação aos acervos, os bibliotecários e arquivistas compartilham o objeto comum de torná-los acessíveis o mais eficaz e economicamente possível. Para este fim ambos devem saber ao menos em termos gerais, que tipo de informação o outro está habilitado a prestar ao consulente. O arquivista deve saber que classes de informação podem ser obtidas da grande riqueza dos trabalhos de referências publicados, assim como o bibliotecário deve compreender que tipos de informação poderão ser encontradas nos arquivos não publicados. Além disso, os materiais que são tratados pelas duas

profissões, muitas vezes, devem ser usados em conjunto. O próprio arquivista terá muitas vezes que usar os recursos da biblioteca para descobrir a proveniência ou origem de um grupo de documentos com o qual esteja trabalhando. Deveria ter, como parte do seu equipamento de trabalho, uma biblioteca especializada contendo as principais espécies de documentos oficiais publicados e respectivos trabalhos sobre a história administrativa, e ainda as obras de maior importância a respeito de administração de arquivos e documentos. Do mesmo modo, muitas vezes o pesquisador tanto terá que usar material de arquivo como de biblioteca nas suas investigações, pois as fontes impressas e os arquivos frequentemente se completam. Deve, pois, ter pronto acesso a uma biblioteca especializada provida das principais publicações que provavelmente usará em conexão com os arquivos, como sejam: obras básicas de história e biografia relacionadas com o desenvolvimento do país e sua administração, trabalhos jurídicos, documentários e bibliográficos" (pág. 21/30).

6.1. Os pontos de contato entre as profissões de arquivista e bibliotecário não eliminam a necessidade da formação especializada de cada uma delas; se a do bibliotecário é feito em nível universitário; impõe-se também o seja a do arquivista; o que, aliás, corresponde ao reclamo dessa classe de servidores.

"Propugno pelo meta do Curso Superior de Arquivo nas Universidades Brasileiras e um posterior estágio no Arquivo Nacional" — assinala **Astréa de Moraes e Castro**, chefe de seção de Documentos Históricos do Arquivo da Câmara dos Deputados, em seu trabalho *Arquivo no Brasil e na Eu-*

ropa, Ministério da Justiça, Rio de Janeiro, de 1973.

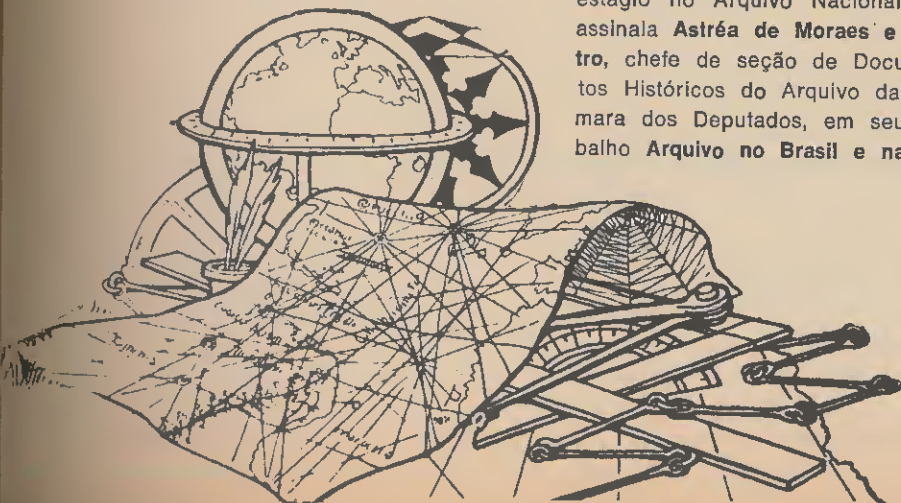
E mais adiante:

"Mais cedo do que se espera, teremos Arquivologistas formados no Brasil. As universidades brasileiras já se empenham em organizar currículos e programas. As administrações do governo e empresas particulares esperam ansiosamente por elas, pois, até hoje, não se soube onde guardar documentos, como guardá-los, quando guardá-los e como achá-los. Torná-los acessíveis à administração que os produziu e aos cientistas que, conscienciosamente, preferem a fonte limpa dos originais".



6.2. Também o presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, **José Pedro Esposel**, em editorial publicado na revista *Arquivo de Administração* n.º 2, — setembro 1973 — página 5, assinala a sua perplexidade diante do fato de não terem ainda as autoridades, responsáveis pela educação e ensino do país, conscientizado a necessidade de ter o país arquivistas com formação de arquivistas".

"Não compreenderam, infelizmente, assinala J. P. Esposel, que bibliotecas, museus e arquivos são três ramos distintos de documentação, com técnicas e finalidades próprias, exigindo, cada um, formação e tratamento especializados".



6.3. Finalmente, entre as **Recomendações** aprovadas pelo 1.º Congresso Brasileiro de Arquivologia, reunião que contou com, aproximadamente, 1.300 congressistas, estando representados quase todos os Estados do Brasil, figura a de número 2, que recomenda:

"A fixação do currículo mínimo do Curso Superior de Arquivo".

Como, nos termos aprovados pelo

Congresso, as **Recomendações** deviam. "ser encaminhadas, através da Associação dos Arquivistas Brasileiros, às autoridades e órgãos competentes", o ilustre Presidente da referida Associação submeteu à apreciação do egrégio Conselho Federal de Educação o projeto de currículo mínimo para o Curso Superior de Arquivo, transcrito no item 1.2. do presente Parecer, projeto elaborado com a participação dos seguintes:

José Pedro Esposel Professor de Arquivologia, na Universidade Federal Fluminense. Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros.	Hãmida Rodrigues Helluy Professora de Arquivística no SENAI. Dirigente do Departamento Técnico de Arquivamento, Comunicação e Planejamento da Organização RUF S A	Maria Luíza Stallard Dannemann Ex-Chefe do Serviço de Registro, do Arquivo Nacional. Ex-Professora de Arquivologia dos Cursos do Arquivo Nacional e do DASP.
Astréa de Moraes e Castro Chefe da Seção de Documentos Históricos do Arquivo da Câmara dos Deputados.	Helôisa Liberalli Belloito Historiógrafa do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.	Marielena Leite Paes Professora de Arquivologia da Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Ursula. Chefe do Arquivo da Fundação Getúlio Vargas.
Marcelo de Ipanema Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Maria Amélia Porto Migueis Bibliotecária do Q. P. do MEC Licenciada em História pela Universidade Católica de Petrópolis. Chefe da Divisão de Documentação Histórica, do Museu Imperial	Mercedes Mangeon Gonçalves Bibliotecária do Serviço Social da Indústria (SESI) — Porto Alegre, RS. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, RS
Carminda Nogueira de Castro Ferreira Doutora em letras pela Universidade de Coimbra. Bibliotecária - documentarista, pela Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos — São Paulo e Diretora em exercício da mesma Escola	Maria Antônia Ribas Pinke Belfort de Mattos Diretora da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Católica de Campinas.	Myriels da Silva Ferreira Chefe da Seção de Cursos do Arquivo Nacional.
Dora Maria Pereira Rego Correia Documentarista do C. P. do MEC. Chefe da Divisão da Monarquia Brasileira, do Museu Imperial.	Maria José Rabello de Freitas Bibliotecária Professora de Arquivística da Escola de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal da Bahia.	Suzana Moraes Bibliotecária-Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, RS.

7. Voto do Relator

7.1. Diante do exposto, o Relator, valendo-se dos subsídios que lhe foram oferecidos, propõe o seguinte **Currículo Mínimo** para o **Curso Superior de Arquivo**:

- **Introdução ao Estudo do Direito**
- **Introdução ao Estudo de História**
- **Noções de Contabilidade**
- **Noções de Estatística**
- **Documentação**
- **Arquivo I — IV**
- **Introdução à Administração**
- **História Administrativa, Econômica e Social do Brasil**
- **Paleografia e Diplomática**
- **Introdução à Comunicação**
- **Notariado**
- **Uma língua estrangeira moderna**

7.2. Quanto à duração do Curso, parece ao Relator que o tempo útil deverá ser de 2.160 horas-aula, distribuídas entre 3 e 5 anos.

7.2.1. Não é demasiado reiterar que o total das

2.160 horas-atividades é o mínimo estabelecido para o Curso, número que poderá ser aumentado a critério de cada Instituição — o que até se recomenda — que terá, assim, oportunidade para estabelecer habilitações em consonância com os projetos específicos e as exigências e preferências locais.

7.3. Por outra parte, impõe-se seja feito, com caráter obrigatório, conforme recomendação do Congresso de Arquivista, um **estágio supervisionado**, em Instituições especializadas, com um mínimo de 5% do total das horas previstas.

7.4. A título de sugestão, as matérias relacionadas no item 7.1. poderão ser estudadas abrangendo, preferentemente, os seguintes Temas:

Introdução ao Estudo do Direito

- **Conceito e Objetivo do Direito;**
- **Direito Objetivo e Direito Subjetivo;**
- **Fontes do Direito;**
- **Fatos e Atos Jurídicos;**
- **Eficácia da Lei no Tempo e no Espaço;**

- **Hierarquia das Leis;**
- **Elaboração, aplicação e interpretação da Lei;**
- **O Processo legislativo brasileiro;**
- **Relações entre a Ciência Jurídica e as demais;**
- **Ciências; especialmente a Economia, a Sociologia, a Filosofia, a Política;**
- **Direitos da pessoa humana.**

Introdução ao Estudo da História

- **O significado da História;**
- **O valor do conhecimento histórico;**
- **História como Ciência;**
- **Noções de métodos e técnica da pesquisa histórica;**
- **Historiografia e Ciências auxiliares da História, com exceção de Paleografia e Diplomática.**

Noções de Contabilidade

- **Princípios Gerais da Contabilidade;**
- **Métodos de escrituração;**
- **Contas;**
- **Correção do lançamento;**
- **Mecânica Contábil;**
- **Balanco de demonstração de lucros e perdas;**
- **Livros principais e auxiliares;**
- **Levantamento de inventários físicos e contábeis;**
- **Noções sobre contabilidade de Custos;**
- **Noções sobre Contabilidade orçamentária.**

Noções de Estatística

- **Descrição de amostras;**
- **Noções sobre Experiência, prova, resultado eventual, evento;**
- **Noções sobre Cálculo das probabilidades;**
- **Amostras aleatórias e distribuição amostral da média;**
- **Estimativas das proporções e médias;**
- **Teste de hipóteses;**
- **Correlação e regressão;**
- **Representação de dados;**
- **Tabelas e Gráficos.**

Arquivo I — IV

- **Conceitos, funções, terminologia;**
- **Histórico dos arquivos;**
- **Formação profissional;**
- **Ética arquivística;**
- **Instalação de arquivos;**
- **Conservação e restauração de documentos;**

- Arquivos correntes;
- Arquivos de Custódia;
- Arquivos especiais (audiovisual) e Técnicos (arquivos médicos, de engenharia, etc.).

Documentação

- Conceituação e Objetivos da documentação;
- Centros de documentação nacionais e internacionais;
- Pesquisa e referência bibliográfica.

Introdução à Administração

- Princípios de Organização;
- Tipos de Organização;
- Bases da Organização;
- Instrumentos do organizador;
- Planos de organização e suas fases;
- Levantamento;
- Planejamento;
- Implantação e Controle.

História Administrativa, Econômica e Social do Brasil

Periodização e síntese da história brasileira, nos setores administrativo, econômico, social, político e cultural;

- As constituições brasileiras e emendas Constitucionais;
- Os Ministérios e sua organização.

Paleografia e Diplomática

- A escrita como veículo da comunicação;
- Origens e histórias;
- Distinção entre Paleografia e Diplomática;
- A Ciência e a Técnica Paleográficas;
- Conceitos instrumentais referentes à escrita;
- Alfabeto
- Linhas gerais da evolução da escrita no Brasil;
- Problemas particulares do documento brasileiro;
- Divisão dos documentos públicos, privados, pontifícios;
- Sinais de validação dos documentos.

Introdução à Comunicação

- Informação e comunicação;
- A codificação das informações;
- Mecanismos da Comunicação e da informação;

- As várias fases do processo de comunicar-se;
- Feedback;
- Veículos da Comunicação social e as relações públicas;
- Conceitos de opinião pública e da Relação pública;
- Criatividade e Relação Pública;
- Métodos e processos usuais das Relações Públicas;
- A divulgação

Notariado

- Notário (Tabelião de Notas), Oficiais de Registro e escrivães;
- Direitos, deveres e atribuições de cada um deles;
- Tipos de livros e documentos utilizados;
- Funcionamento dos Cartórios;
- Avaliação e prazo de conservação dos documentos notariais e de registros.

VOTO DO RELATOR

Assim sendo, o Relator sugere sejam aprovadas as seguintes normas:

RESOLUÇÃO DE 7 DE MARÇO DE 1974.

“Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados no Curso de Arquivo”.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26, da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, e tendo em vista o Parecer homologado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura,

RESOLVE

Art 1.º — O Currículo Mínimo do Curso de Graduação em Arquivologia compreenderá as seguintes matérias:

- Introdução ao Estudo do Direito;
- Introdução ao Estudo da História;
- Noções de Contabilidade;
- Noções de Estatística;

- Arquivo I — IV
- Documentação
- Introdução à Administração
- História Administrativa, Econômica e Social do Brasil
- Paleografia e Diplomática
- Introdução à Comunicação
- Notariado
- Uma língua estrangeira moderna.

Art. 2.º — Integrarão, ainda o Currículo Mínimo do Curso de Arquivologia: **Estudo de Problemas Brasileiros e Práticas de Educação Física**, com predominância desportiva, de acordo com a legislação específica.

Art. 3.º — O Curso de Arquivologia será ministrado com um mínimo de **2.160 horas-aula**, distribuídas entre **3 e 5 anos**, incluindo-se o **estágio supervisionado**, em instituição especializada, com 10% do total das horas previstas.

Art. 4.º — Além da habilitação geral como Arquivologista, as Instituições poderão criar habilitações específicas (Arquivos históricos, Oficiais, Empresariais, Escolares, Científicos, etc.) mediante intensificação de estudos em áreas correspondentes às matérias fixadas nesta Resolução e em outras que sejam indicadas nos currículos plenos.

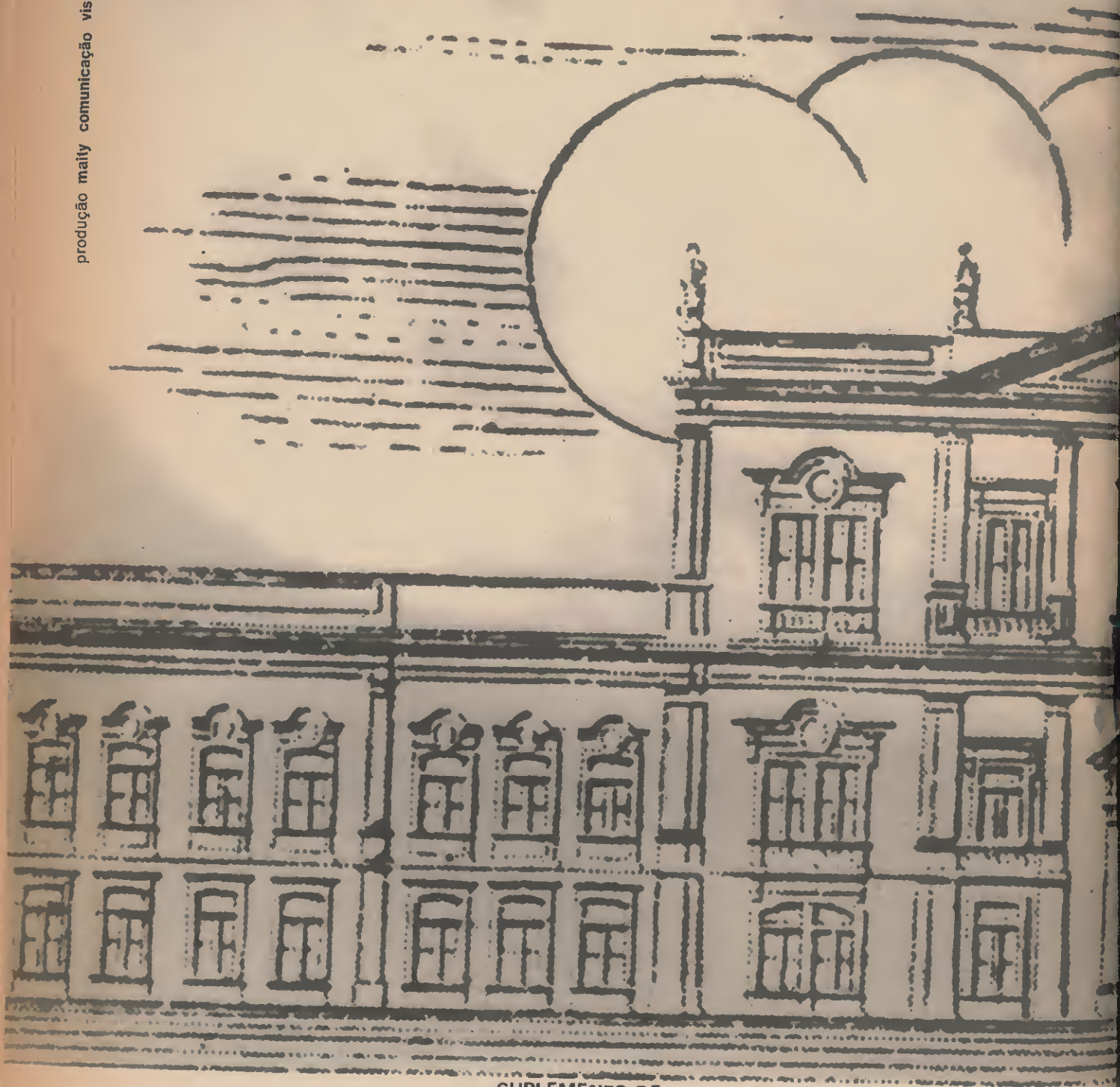
§ único — a habilitação geral constará do anverso do diploma e as habilitações específicas, não mais de duas de cada vez, serão designadas no verso, podendo, assim o diplomado, completar estudos para obtenção de novas habilitações.

Art. 5.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão Especial para Currículo em apreço aprova o Parecer do Relator e o currículo mínimo proposto.

Sala das sessões, em 24 de janeiro de 1974.

(aa.) **José Barreto Filho** — Coordenador, **Vicente Sobrinho Porto** — Relator, **Lena Castello Branco**; **Esther de Figueiredo Ferraz**; **B. P. Bittencourt** e **Paulo Nathanael Pereira da Souza** *



SUPLEMENTO DE

arquivo & administração

revista técnica de circulação dirigida

órgão de divulgação da

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Praça da República, 26 — ZC - 14 - 20000 — Rio de Janeiro — Guanabara

testemunho testemunho testemunho

Como está organizado o arquivo do Jornal do Brasil?

— O Jornal do Brasil possui três arquivos: o *Administrativo*, o *Arquivo de Jornal* e o *Arquivo Fotográfico*. O administrativo compreende os arquivos ativos e o inativo. Este último está sob minha chefia.

Qual o processo utilizado pelo Jornal do Brasil para arquivar sua documentação?

— Aqui no arquivo inativo, o processo é o *mnemônico*, feito por assunto, abrangendo tudo que diga respeito à área administrativa: contabilidade, gerência, departamento do pessoal, etc. Nosso processo é simples e adaptado às exigências da empresa. Apesar de ser arquivo inativo, é muito consultado, uma vez que, devido a falta de espaço, os arquivos setoriais, responsáveis pelos documentos de uso corrente dos departamentos, periodicamente transferem seus documentos para o arquivo inativo. Os documentos são guardados em caixas de madeira de um metro de comprimento por trinta centímetros de altura, sendo controlados e localizados através de fichário.

Os funcionários dos arquivos de sua empresa têm curso de especialização?

— Não. Eles são na sua maioria auxiliares administrativos. Contudo, procuramos colocar aqui pessoas que gostam realmente de arquivo, obtendo resultado satisfatórios.

Quais as dificuldades que já enfrentou no JB com relação a arquivo?

— No momento, a coordenação é boa entre os arquivos setoriais e o arquivo inativo. Há, de fato, boa harmonia. Mas quando ainda estávamos na antiga sede do JB, tivemos muitas dificuldades, pois não havia um entrosamento perfeito entre esses dois arquivos. Em 1961, mandava-se para o arquivo inativo todo papel que havia perdido valor, e pude observar, através do último seminário de arquivo, promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, que diversas grandes empresas ainda fazem isso hoje. Em geral, os documentos não são selecionados pelos encarregados do arquivo ativo, que os enviam ao inativo sem fazer qualquer observação, quer sobre o valor do documento que está sendo encaminhado, quer sobre o prazo de sua custódia. Isso cria uma série de problemas para o encarregado do arquivo inativo que, muitas vezes, fica sem saber que providência tomar.

O JB proporciona materiais e equipamentos necessários ao bom desempenho do trabalho?

— Sim. Muitos equipamentos estão sendo comprados. Só não foram instalados porque estamos neste prédio provisoriamente. Em breve, seremos deslocados para outro prédio, onde deveremos nos fixar em definitivo, quando então, todo material comprado será ali instalado.

Tendo em vista o interesse que os *Arquivos de Imprensa*, e dos jornais, de modo especial, vêm despertando como *órgãos de informação*, sendo também tema especial no II Congresso Brasileiro de Arquivologia, a ser realizado em São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica, de 29 de setembro a 4 de outubro próximo, *arquivo & administração* foi visitar o Arquivo do *Jornal do Brasil*, onde nossa reportagem entrevistou seu responsável, Aginaldo Alves da Silva.



Qual o volume dos documentos arquivados no arquivo inativo do JB?

— É muito difícil precisar. Mas a quantidade é realmente grande. Só para *dossês* de pessoal, os quais pretendemos microfilmar, existe uma sala com mais ou menos 90 m². Para os demais arquivos, há ainda planos de microfilmagem, pois o volume de documentação não compensa, uma vez que constantemente os documentos são selecionados para fins de eliminação.

Como você chegou a sua atual posição no JB?

— Em 1961 estava cursando Psicologia no Instituto de Relações Humanas e lá conheci o Chefe do Departamento de Pessoal do Jornal do Brasil, que mostrou interesse pela organização de arquivo. Ao contar-lhe minha experiência nesse setor, fui convidado para trabalhar no Arquivo Geral do JB e aqui estou até hoje.

Qual sua experiência no campo da arquivística antes de entrar para o JB?

— Fiz um pequeno curso de Arquivo e trabalhei na Phillips do Brasil, sendo responsável pelo antigo Departamento de Amplificação e Cinema. Nessa época, respondi pelo arquivo setorial. Trabalhei, também, em várias agências do Banco de Crédito Real sempre em arquivo.



Diretores de arquivos de vários estados e historiadores estiveram reunidos dia 25 de Janeiro, no Conselho Federal de Cultura, sob a presidência do professor Moniz de Aragão, para estudar medidas de defesa contra a evasão de documentos históricos do Brasil, bem como debater assuntos relacionados à conservação e preservação dos arquivos brasileiros. O encontro foi promovido pelo professor Américo Lourenço Jacobina Lacombe, seguindo recomendações especiais do Sr. Ministro da Educação e Cultura, ao qual enviou o ofício que ora transcrevemos, relatando os resultados da reunião:

Senhor Ministro

1. Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, conforme as recomendações recebidas, entrei em contato com o professor Raimundo Moniz de Aragão, presidente do Conselho Federal de Cultura, e convidei para uma reunião um grupo de personalidades interessadas no problema da conservação e preservação dos arquivos históricos do Brasil.

2. Atendendo a um apelo lançado através da Agência Nacional, compareceram ao salão do Conselho Federal de Cultura no dia 25 de janeiro último, sob a presidência do prof. Moniz de Aragão, o diretor do Arquivo Nacional, Dr. Raul do Rêgo Lima e o prof. José Pedro Pinto Esposel, presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros. A Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística (APHA) esteve representada pelo seu presidente, abaixo assinado, e pelo prof. Arno Wehling.

3. Faziam-se representar ainda o Instituto do Desenvolvimento Social e Econômico do Pará, por duas bibliotecárias, representando o Governo estadual; a historiógrafa

Heloísa Liberalli Bellotte, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo; a professora Maria Nadei Gonçalves, da Fundação Cultural e Casa Romário Martins, de Curitiba; o coronel Riograndino da Costa e Silva, diretor do Museu Histórico do Rio Grande do Sul e membro do Conselho Estadual de Cultura; o Historiador Hélio Silva, a professora Maria Cecília Ribas Carneiro e a bibliotecária Maria de Lourdes Claro de Oliveira, do Centro da Memória Social, do Núcleo Universitário Cândido Mendes; o prof. Regis Duprat, do Centro de Estudos de História Econômica do Ministério da Fazenda; a professora Maria Amélia Porto Migueis, do Museu Imperial de Petrópolis; D. Maria Cellina Goulart do Amarante e Dra. Norah Levy e a licenciada Solange Budin Garcia de Zuñiga, do Arquivo Histórico da Casa de Rui Barbosa.

4. Cada um dos participantes da reunião, fez uma rápida apresentação de sua instituição e de suas finalidades. O abaixo-assinado, fez uma ligeira exposição a respeito do problema de dispersão e da evasão dos documentos históricos no país, e do Interesse manifestado pelo Ministério de sentir a opinião das instituições que cuidam do problema. As conclusões a que se chegasse seriam comunicadas diretamente ao Ministério e ao Conselho Federal de Cultura, como subsídio para o exame do problema. O recente alarme da imprensa, ainda que se verifique tratar-se de impressos — e não de manuscritos — foi salutar porque despertou a opinião pública para o assunto.

5. O professor Esposel, fez um ligeiro relato de suas visitas a

diversos arquivos no país, e das aspirações dos arquivistas, manifestadas especialmente no Congresso de 1972, onde mais de mil especialistas brasileiros debateram os problemas de classe, numa reunião cujos anais estão sendo organizados. Fez ressaltar que **o problema de maior urgência ainda é o da conservação dos documentos, que supera de muito o da evasão, porque esta ao menos, não destrói o documento.** Seria importante aproveitar a oportunidade para fazer chegar ao conhecimento das autoridades, algumas sugestões sobre o problema dos arquivos.

6. O diretor do Arquivo Nacional fez sentir que o **Sistema Nacional de Arquivos**, já constituído legalmente, não pode ter o sentido de uma concentração irrealizável de documentos, mas de uma **cooperação de todos os responsáveis pelos acervos documentais, quer públicos quer particulares, num plano de coordenação e cooperação.**

Neste caso revela que, tem conseguido resultados confortadores, junto a serviços públicos e a instituições estatais autônomas, e particulares, inclusive eclesásticas. Quanto à **evasão, já proibida em lei, acredita mais na criação de uma mentalidade esclarecida por parte dos responsáveis, que em medidas policiais, de difícil execução.**

A larga difusão de que existem instituições, públicas ou privadas, incumbidas de conservar documentos administrativos, comerciais e particulares, mesmo sem comprá-los, já poderá evitar a dispersão ou a destruição de muitos papéis, muitas vezes pela simples impossibilidade de mantê-los ou pela ignorância do valor que eles possam ter para a história social ou econômica.

7. Após amplos debates os presentes convieram em reunir em

quatro pontos principais, as sugestões às autoridades:

a) Solicitar às autoridades a coordenação entre as medidas em execução no setor do MEC, criando e prestigiando a formação de arquivologistas, cujo curso é considerado de nível superior pelo CFE (que está agora fixando-lhe o currículo mínimo) e as decisões do DASP que eliminou os arquivologistas nas carreiras de funcionários.

b) Pedir, conseqüentemente a valorização dos cursos técnicos de arquivo, levando-os em conta nas promoções, quer nas repartições oficiais, quer nas vinculadas ao Governo.

c) Prestigiar a implantação do Sistema Nacional de Arquivos, que tem como órgão controlador o Arquivo Nacional, a fim de que este possa exercer o papel que já lhe compete por lei.

d) Evitar a evasão e dispersão dos arquivos públicos, de empresas e de particulares, pela demonstração

de interesse por parte do poder público pelas Instituições públicas ou privadas que se propõem a guardar e proteger os acervos de empresas, públicas e privadas, bem como das particulares. Para isso seria recomendável o registro dessas instituições no Arquivo Nacional com o qual estabeleceriam contato permanente. Essas instituições deveriam receber o estímulo do poder público, por meio de convênios que lhes habilitasse à aquisição, ou a simples guarda adequada de pápeis, ou pela utilização de aparelhamentos de reprografia para seu uso.

8. Finalmente os representantes das Instituições estaduais consideram salutar uma ação do Conselho Federal de Cultura junto aos conselhos estaduais, a fim de que estes princípios se divulguem por todo o território nacional, atingindo estados e municípios.

9. Os presentes acharam útil, igualmente, anexar à presente exposição, como apêndice, um projeto de lei apresentado ao governo do

Rio Grande do Sul pelo 1.º Simpósio Sul-Riograndense de Preservação do Patrimônio Cultural e uma exposição (também acompanhada de um projeto de lei) lido pelo diretor do Arquivo Nacional e já do conhecimento do Ministério a que está subordinado. Também pareceu útil juntar a Lei Espanhola sobre a Defesa do Patrimônio Documental, publicada no Boletim do Arquivo Nacional.

10. Ao levar a Vossa Excelência os resultados desta reunião, tomo a liberdade de indagar se acha conveniente convocar novas reuniões para prosseguir no exame do problema, em coordenação com o Conselho Federal de Cultura.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos do mais profundo respeito.

(ass.) Américo Lourenço Jacobina Lacombe

Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa e Presidente da Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística

CASTRO, Astréa de Moraes e —
Arquivo no Brasil e na Europa.
Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973. iv, 124 p.

A autora é a Chefe da Seção de Documentos Históricos da Câmara dos Deputados. Na apresentação feita pelo Diretor do Arquivo Nacional, foram dirigidos elogios à autora pela sua imensa capacidade de pesquisa: "grande parte dos escritos reunidos resulta de artigos de imprensa, o que demonstra haver a autora procurado os meios amplos de divulgação para a nobre batalha em que se empenhou". O livro é dividido em 2 partes: Arquivo no Brasil — uma parte introdutória sobre o aspecto do problema arquivístico. Um capítulo sobre Preservação de Documentos, abordando os inimigos do papel e a medicina preventiva e curativa. Um sobre o Curso Superior de Arquivo, e histórico sobre o Arquivo na Câmara dos Deputados.

Na segunda parte, Arquivo na Europa — aborda os arquivos com nota sobre cada um:

— Arquivo do Estado — Zurique, Suíça; Archivio di Stato e Archivio Segreto Vaticano — Roma, Itália; Archivo Histórico Nacional — Madrid, Espanha; Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Lisboa, Portugal; Les Archives Nationales e O Arquivo da Assembléa Nacional — Paris, França; Public Records Office — Londres, Inglaterra.

Livros

A ser publicado:

Arquivos correntes: organização e funcionamento. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. Tradução de Nilza Teixeira Soares.

Manual preparado pelo Departamento de Administração de Arquivos Correntes (Records Management Branch) do Arquivo Público do Canadá, em colaboração com a Divisão de Política de Aperfeiçoamento Administrativo (Management Improvement Policy Division) do Secretariado do Conselho do Tesouro (Treasury Board Secretariat).

Visando a ampliação da faixa de documentos bancários passíveis de microfilmagem, e tendo presente os aspectos legais que envolvem a questão, o Sindicato dos Bancos no Estado de São Paulo enviou ao Presidente do Banco Central, o ofício n.º 62/73 de 9-11-73, solicitando autorização para a microfilmagem de fichas de lançamento, por Caixa e de Operações Extra Caixa, uma vez que o item VIII da Circular n.º 61, de 9 de dezembro de 1966, dispõe que as referidas fichas sejam encadernadas com requisitos de segurança que as tornem invioláveis.

Justifica seu pedido esclarecendo que as normas vigentes vêm concorrendo grandemente para o aumento do volume dos arquivos, ampliação do uso de edificações e mobiliário, e de maior utilização de pessoal para armazenamento e classificação desse acervo documental. Conclui informando que a aplicação da microfilmagem,

resultaria na redução de 98% das áreas atualmente ocupadas pela documentação original, além das vantagens de rapidez e economia na recuperação das informações, bem como de segurança contra roubo, extravio ou incêndio.

CURSO ESPECIAL DE TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS

O Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Companhia Nova Administração, com o objetivo de promover o desenvolvimento de executivos mediante a Instrução sistematizada de conhecimentos de métodos e técnicas administrativas modernas, está realizando, desde 15 de abril até 29 de junho próximo, um Curso Especial de Técnicas Administrativas. Informações poderão ser solicitadas na Companhia Nova Administração, Rua Timbiras, 518 — Tel.: 22-4240. Belo Horizonte, MG.

ESTUDOS AVANÇADOS DA TECNOLOGIA MICROGRÁFICA

Diretores de Empresas, Gerentes em especial e Chefes de Centros de Microfilme, são os convidados pelo **International Micrographic Congress**, para participar de uma viagem ao exterior, com um grupo de estudiosos brasileiros do microfilme, dos **Estudos Avançados da Tecnologia Micrográfica**, a fim de conhecer o que há de mais atual e expressivo na área do microfilme nos Estados Unidos.

No período de 5 a 21 de maio, o participante percorrerá do Atlântico ao Pacífico, observando o que há de mais avançado na área do microfilme. Inclui o programa, visitas aos maiores gigantes do parque industrial micrográfico, tais como Kodak (em Rochester), 3M (em Saint Paul) e Stromberg Datagraphix (em San Diego).

CRIE ESPAÇO NO SEU ESPAÇO.

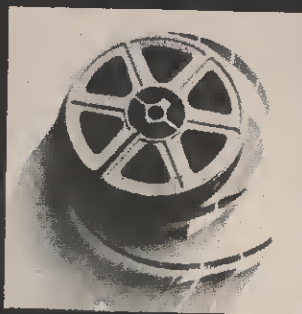
A MEIRA colocou os 10.143 documentos de um arquivo dentro deste carretel de microfilme.

O sistema de microfilme é seguro, versátil, econômico e durável.

Com isto ela dinamizou e aumentou a produtividade do serviço e fez uma

economia de 90% de espaço.

A MEIRA microfilma nos seus laboratórios ou junto a você.



MEIRA 18 ANOS CRIANDO ESPAÇO
Rua 7 de Setembro, 43 — 2.º e 3.º andares
tels.: 252-2295 — 222-3976 — 222-3977
Rio de Janeiro — Guanabara

Sob os auspícios da Associação dos Arquivistas Brasileiros e a colaboração da Associação Brasileira de Arquivo Médico (ABAME), serão realizados em São Paulo, de 29 de setembro a 4 de outubro de 1974, o II Congresso Brasileiro de Arquivologia e o I Congresso de Arquivo Médico.

As sessões terão lugar na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — Rua Monte Alegre, 971, e obedecerão ao seguinte temário:

ARQUIVOLOGIA

1. Conservação e restauração de documentos.
2. Critérios de eliminação de documentos.
3. A importância dos arquivos na empresa.
4. Temas livres.
5. Tema especial: Os Arquivos de Imprensa



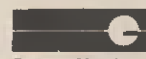
Com o objetivo de mostrar ao usuário em potencial, o atual desenvolvimento do microfilme no mundo, bem como novas tecnologia e metodologia que possam maximizar o rendimento técnico e financeiro dos sistemas brasileiros, será realizado em São Paulo, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, de 7 a 10 de outubro, o VI Congresso Internacional do Microfilme, sob o patrocínio da Associação Brasileira do Microfilme.

abril 1974

ARQUIVO MÉDICO

1. Prontuário médico
2. Índice nosológico.
3. Estatística administrativa.
4. Planejamento do Arquivo Médico.
5. Custo do Arquivo Médico.
6. Recuperação da informação no Serviço de Arquivo Médico e Estatística.
7. Treinamento, reciclagem e especialização de pessoal de arquivo médico.
8. Arquivo médico e a microfilmagem.
9. Processamento de dados no arquivo médico.
10. Documentação médica e arquivo médico e estatística.

INSCRIÇÕES

 **GRUNASE**
Grupo Nacional de Serviços
Rua Toneleros, 293,
casa 1 — Copacabana —
Rio de Janeiro — GB.
(Sra. Sonia ou Karen)

Outras informações, inclusive sobre apresentação de trabalhos, deverão ser solicitadas à ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, Praça da República, 26 — Rio de Janeiro — GB.

TABELA DE INSCRIÇÃO C a t e g o r i a	T a x a s	
	Até 30/6	Após 30/6
Sócios quites com anuidade	Cr\$ 200,00	Cr\$ 250,00
Não Sócios	Cr\$ 250,00	Cr\$ 300,00
Instituições (com direito a duas pessoas)	Cr\$ 400,00	Cr\$ 450,00
Estudantes Universitários	Cr\$ 100,00	Cr\$ 100,00
Acompanhantes	Cr\$ 100,00	Cr\$ 100,00

PROGRAMA

Conforme a programação desenvolvida pela Sub-Comissão de Programa, os trabalhos do IMC-74 serão em forma de Conferências e Seminários. As Conferências serão apresentadas por especialistas e cientistas dos mais desenvolvidos países do mundo, especialmente convidados, que deverão abordar os diversos aspectos da tecnologia do microfilme.

Os Seminários serão apresentados por três oradores e coordenados por um mediador. Cada apresentador terá vinte minutos para seu tema, seguido de até uma hora de debates.

Os participantes do IMC-74. terão uma rara oportunidade de discutir as variadas facetas do microfilme, com os maiores especialistas e técnicos do mundo.

Maiores informações poderão ser solicitadas à Comissão Organizadora IMC-74, Avenida Prestes Maia, 241 — conj. 1414 e 01031 — São Paulo — Brasil



74
BRASIL

Ford se preocupa com o Arquivo Histórico

I ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVO MÉDICO

A Associação Brasileira de Arquivo Médico e Estatística realizou, na Guanabara, nos dias 9 e 10 de março, o I Encontro Nacional de Arquivo Médico, em colaboração com a Unidade de Planejamento, Avaliação, Pesquisa e Programas Especiais — PAPPE, da Coordenação de Assistência Médica e Hospitalar do Ministério da Saúde, Universidade do Estado da Guanabara — UEG e Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara — ESPEG, do qual participaram representantes de vários Estados do Brasil.

ENTROSAMENTO

O temário apresentou farto documentário sobre o valor dos dados estatísticos relacionados com a economia do hospital; a utilização de computadores na apuração de dados; a organização do Serviço de Arquivo Médico e Estatística — SAME; a microfilmagem, a importância do Prontuário Médico; o entrosamento do SAME com todas as unidades do Hospital.

A Sessão Solene, presidida pelo Dr. Manuel José Ferreira, Superintendente da PAPPE, contou com a presença de várias autoridades, tendo sido apresentada, naquela oportunidade, a comunicação de um voto de louvor da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, de autoria do Deputado José Pinto, expressa nos seguintes termos: "voto de louvor à Associação Brasileira de Arquivo Médico e Estatística, pela realização do Encontro, na pessoa do seu Presidente, primeiro no gênero realizado no Brasil, representando para a classe médica, entre outros os benefícios de uma melhor identificação de interesses comuns e do uso de mais racional meio de comunicação, merecendo apoio e aplausos".

Sob o patrocínio da Fundação Ford, foi realizada, no dia 21 de novembro de 1973, no salão nobre da Fundação Getúlio Vargas, a primeira de uma série de reuniões programadas para estudo da cooperação a ser estabelecida entre especialistas e instituições que estão reunindo documentação sobre História do Brasil, principalmente relativa ao período contemporâneo.

Tal cooperação tem por objetivo ampliar e sistematizar a organização de fontes históricas, no sentido de incrementar a pesquisa na área das ciências humanas.

TREINAMENTO

Após a exposição de cada representante sobre seus programas de trabalho e projetos em andamento, o representante da Fundação Ford, salientou a possibilidade de realização imediata de quatro programas de ação: treinamento para técnicos em História Geral; noticiário sobre coleções de arquivos e inventários; sistematização de normas e métodos para organização de arquivos modernos; microfilmagem de jornais através de um fundo rotativo.

Concluindo, esclareceu o Sr. Richard Morse, que em futuro próximo, instituições de Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e outros centros brasileiros, poderão também participar dos projetos ora em estudos. A Fundação Ford, se propõe ainda, a estudar a viabilidade de conceder auxílios para viagens de especialistas brasileiros aos Estados Unidos e Europa, bem como de estrangeiros ao Brasil.

PARTICIPAÇÃO

Estiveram presentes à reunião da Fundação Ford com especialistas em História do Brasil, além de seus representantes, Richard Morse e Michael Conniff; o representante da Universidade de Wiconsin, dos Estados Unidos e o diretor do Arquivo Nacional, Raul Lima; o Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, José Pedro Pinto Esposel; Simon Schwartzman, da Escola de Administração Pública — EBAP, representando a Fundação Getúlio Vargas; a diretora-geral da Biblioteca Nacional, Janice Monte-Mór; a chefe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC e a assessora da presidência, respectivamente, Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco e Lydiá de Queiroz Sambaquy; o pesquisador do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento — CTBRAP, Boris Fausto; a presidente do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — IBBD, Hagar Espanha Gomes; do Centro de Memória Social Brasileira — CMSB da Universidade Cândido Mendes, Hélio Silva — diretor e Maria Cecília Ribas Carneiro; Mária Amélia Bianchini, da Fundação Ruy Barbosa; José Aderaldo Castelo, diretor do Instituto de Estudos Brasileiros e os professores Paulo Sérgio Moraes Sarmiento Pinheiro Guimarães e Maria Odila Silva Dias, respectivamente das Universidades de São Paulo e Campinas.

Arquivos de Empresas

Com a finalidade de formar e atualizar pessoal nas técnicas de planejamento e organização de arquivos, notadamente na área empresarial, a Associação dos Arquivistas Brasileiros, a exemplo do que ocorreu em 1973, realizou, de 18 a 22 de março, no Salão Nobre do Arquivo Nacional, o segundo Curso de Organização de Arquivos de Empresas.

O Curso, com a duração de uma semana, foi ministrado em regime de tempo integral, com sete horas de aulas diárias, num total de trinta e cinco horas, a fim de atender os interessados de outros Estados do Brasil.

PROGRAMA

O programa versou sobre os seguintes temas: **O Arquivo como Instrumento de Informação; Problemas de Organização e Métodos; A Documentação Fiscal da Empresa; Análise da Documentação do Arquivo; Avaliação,**

1. Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco; 2. Central Globo de Televisão, 3. CEMIG — Centrais Elétricas de Minas Gerais; 4. PETROBRÁS — Petróleo Brasileiro S.A.; 5. Federal de Seguros S.A.; 6. Departamento de Estrada de Rodagens do Governo do Piauí; 7. Departamento Geral de Documentação — Secretaria de Administração do Governo do Estado da Guanabara; 8. Banco do Estado do Espírito Santo S.A.; 9. Furnas Centrais Elétricas S.A.; 10. INPS — Instituto Nacional da Previdência Social; 11. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais; 12. Banco Central; 13. AGGS — Indústrias Gráficas S.A.; 14. Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira; 15. Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.; 16. MOBIL — Movimento Brasileiro de Alfabetização; 17. SUL BRASILEIRO — Crédito, Financiamento e Investimento, 18. IDESP — Instituto do Desenvolvimento Econômico e Social do Pará; 19. Cartório Krähennühl; 20. Departamento de Documentação e Arquivo do Governo de Mato Grosso.

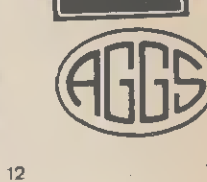
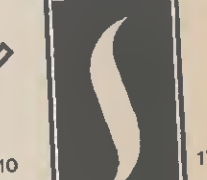
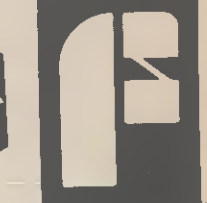
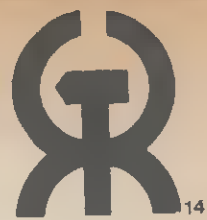
Seleção e Destinação dos Documentos, Movimentação de Documentos; Métodos de Arquivamento; Pessoal; Instalação e Equipamentos; Arranjo e Descrição dos Arquivos de Custódia; Recuperação da Informação; Os Arquivos e as Técnicas Modernas, Arquivo e Computador e Racionalização do Fluxo dos Documentos.

Além das aulas o programa incluiu visita aos arquivos de FURNAS — Centrais Elétricas, demonstração de equipamentos modernos e um painel de avaliação.

O curso, sob a coordenação da professora Wilma Schaefer Corrêa, Chefe do Serviço de Registro e Assistência Técnica do Arquivo Nacional, contou com a participação dos seguintes professores: Antônio Garcia de Miranda Netto, Arthur Ebert, Gonçalo Vicente de Medeiros, Hâmida Rodrigues Helluy, Jorge Gustavo da Costa, José Pedro Esposel, Lourdes Costa e Souza e Marilena Lelte Paes.

PARTICIPAÇÃO

Participaram do Curso vinte e quatro alunos, sendo doze da Guanabara, três de Minas Gerais, dois do Espírito Santo, um da Bahia, um de Brasília, um de Mato Grosso, um do Pará, um do Piauí, um do Rio Grande do Sul e um de São Paulo. Representantes das seguintes empresas públicas e particulares:



documentando



O ARQUIVO DE SOLJENITZYN

As aventuras e os dramas vividos pelo escritor dissidente russo, Alexander Soljenitzyn, expulso recentemente da União Soviética, teve o capítulo final. Na última semana de março, o Prêmio Nobel de 1970, respirou aliviado, ao reencontrar no aeroporto de Munique, sua mulher e os dois filhos, vindos de Moscou, juntamente com 14 malas e 450 quilos de livros e documentos de seu precioso arquivo. Bagagem de pesquisa que vai lhe permitir dar continuidade à sua série de novelas e de revisões históricas sobre a Revolução Russa.

Soljenitzyn, ao chegar em fevereiro a Bonn, na Alemanha, expulso a força da União Soviética, por rebelar-se contra a censura literária e artística, e com sua cidadania soviética cassada, lamentou ao correspondente da Associated Press, seu amigo particular, Frank Crepeau:

— O terceiro volume, que dá prosseguimento à série de novelas históricas, iniciadas com **Agosto de 1914** e **Outubro de 1916**, já está começado. Compilei material abundantemente. Documentos, informes de testemunhas, fotografias, ilustrações e numerosos livros raros, com anotações minhas. Reuni todos esses apontamentos desde 1966, dedicando-lhes todo o meu trabalho. Se as autoridades soviéticas, — afirmou — as confiscarem, mesmo em parte, será um assassinio pessoal.

Concluiu o maior escritor russo da atualidade, sentir-se velho demais, com 55 anos, para reunir de novo esses apontamentos. Perdê-los equivaleria a abandonar o projeto. Porém, então, — acrescentou — o resto de meus anos e de minhas forças em vez de dedicar à história russa, os dedicaria ao presente soviético, para o que não preciso de arquivos. O arquivo está vivo em minha memória.

Esta preocupação não mais o atormenta. Seu arquivo desembarcado de Moscou, se encontra distribuído em seu apartamento de sete cômodos, a duas quadras da Universidade de Zurique, na Alemanha.

30



FERNANDO GUIMARÃES
mailly comunicação visual

ARQUIVO DO BARROCO MUSICAL

A musicóloga e regente Cleofe Person de Mattos, vem há vários anos pesquisando a música brasileira dos séculos XVIII e XIX, principalmente a música barroca mineira e em especial a obra do Padre José Maurício, um dos compositores prediletos de D. João VI; Cleofe descobriu recentemente no Museu da Música, do Arquivo Eclesiástico da Diocese de Mariana, em Minas Gerais, uma Missa em Dó Maior, que se supõe ser de autoria do Padre José Maurício. A Diretora da Associação de Canto Coral, continua suas pesquisas, uma vez que a referida obra não se encontra no catálogo temático sobre o grande compositor, editado pelo Conselho Federal de Cultura.

O Museu da Música, do Arquivo Eclesiástico da Diocese de Mariana, foi organizado pelo Bispo D. Oscar de Oliveira, e reúne partituras encontradas em Mariana, Barão de Cocais e Barra Longa. Ali estão reunidos valiosos manuscritos musicais dos compositores do chamado **barroco mineiro**, como de José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita (1783), até agora o mais antigo de compositor brasileiro.

Enquanto isso, o musicólogo alemão Curt Lange — que há 15 anos descobriu em velhos arquivos músicas de autores desconhecidos do barroco mineiro, já tendo inclusive sido ameaçado de expulsão do país — informou à Fundação de Arte de Ouro Preto que irá à Europa tentar pesquisar as fontes estatísticas que serviram de inspiração a esses compositores.

— A tarefa será difícilíssima — diz o musicólogo alemão — devido à personalidade e à originalidade dessas composições, algumas das quais já gravadas em discos, apresentadas em concertos nos Estados Unidos e em vários países sul-americanos. A pesquisa será patrocinada pela Fundação Volkswagenwernek da Suíça.

UMA QUESTÃO CULTURAL

Ao anunciar as diretrizes de seu Governo, o Presidente Ernesto Geisel, prometeu, ao discursar perante seu Ministério, se referindo a questão cultural, que o Governo cuidará muito especialmente de possibilitar maior acesso a nosso rico patrimônio cultural, ainda insuficientemente conhecido.

Nosso patrimônio é insuficientemente conhecido pela falta de atenção oficial. Documentos apodrecem. As obras de arte sacra são furtadas. Os monumentos em geral abandonados. Os grandes autores e os grandes temas da história do país estão perdidos. O que o país conhece mal, é o próprio conhecimento das idéias das outras gerações. Não existe uma consciência nacional dos nossos bens culturais.

Recentemente a Galeria Sotheby, de Londres, realizou um leilão de 1.300 panfletos e livros impressos, a maioria sobre história política e econômica do Brasil no século XIX, de 1840 em diante. O Embaixador do Brasil, Sérgio Correla da Costa conseguiu comprar para o governo brasileiro, cerca de 56 lotes de livros e panfletos históricos, bem como outros 10, sobre a Marinha Brasileira — por cerca de Cr\$ 34 mil. Alguns livrelros londrinos são de parecer que se trata dos restos da coleção de um profissional, depois que alguma universidade, provavelmente nos Estados Unidos, comprou os itens melhores e mais valiosos. Esse enriquecimento dos arquivos das universidades dos Estados Unidos, talvez venha explicar o grande número de livros de historiadores e curiosos norte-americanos, sobre a história do Brasil e que continuam ainda desconhecidos em língua portuguesa.

Um arquivo audiovisual em constante atualização, já é uma realidade no Centro de Pesquisa de Arte Ivan Serpa, do Rio. Com um acervo de slides de obras de arte de todos os museus do mundo, só faltando a arte oriental e a **arte brasileira**, este Centro organiza todas as quartas-feiras, sessões públicas audiovisuais com os melhores artistas plásticos do mundo. O Centro de Pesquisa de Arte Ivan Serpa, fica em Ipanema, na rua Paul Redfern, 48, perto do Jardim de Alah, e seu diretor Bruno Taut, está convidando os artistas de todo o Brasil a levarem ali suas obras para serem fotografadas e constarem do acervo audiovisual, com a missão exclusivamente cultural e informativa.

SESQUI DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ

Foi graças aos manuscritos e documentos religiosos do arquivo da primeira Igreja Luterana no Brasil, conservados desde o início de suas atividades em Nova Friburgo, no Estado do Rio, em 1824, que o atual pastor Joahabes Schlup pode caracterizar a cidade como o local em que se iniciou a colonização alemã no Brasil, — e não no sul do país, como se pensa. A comunidade alemã comemora este ano o séculoscentenário da Colonização Alemã no Brasil, quando um núcleo de imigrantes assalariados, veio a pedido de D. João VI, substituir aos poucos, a mão-de-obra escrava nas lavouras. Coincidindo com o estabelecimento deste núcleo de colonos, fundou-se a primeira Igreja Luterana no Brasil.

Por outro lado, o pesquisador em história da imigração no Brasil, jornalista Fernando L. Basto, afirma em seu livro **Síntese da História da Imigração no Brasil**, depois de pesquisas realizadas no Arquivo Nacional e no Arquivo da Bahia, que o primeiro núcleo de colonos alemães floresceu no sul da Bahia. Denominou-se inicialmente de Colônia Leopoldina. Foi estabelecido — afirma Basto — em 1818, às margens do Rio Perulbe. Atualmente aquele antigo núcleo é o distrito de Helvécia, no município de Nova Viçosa, naquele Estado.



O ARQUIVO DO FUTURO

A microfilmagem está se tornando o sistema mais seguro de se legar ao futuro as publicações atuais e obras antigas e raras. Substituto do fichário convencional ou mesmo do livro, o microfilme, hoje no Brasil já é utilizado em bancos, arquivos, bibliotecas, hospitais.

As microfichas estão ganhando a cada dia uma maior importância. Agora estão surgindo as chamadas **micropublicações**, que podem conter livros, teses, trabalhos editados diretamente pelo sistema, possibilitando a difusão de obras, em larga escala, a partir de um original simples, datilografado.

Cinco milhões de relatórios por ano são transformados em microfichas pela NASA, nos Estados Unidos. Lá também, a Igreja dos Mórmons, tem uma produção semanal de 5 mil rolos de microfilmes nos seus arquivos, debaixo das montanhas de Salt Lake City. Foram construídos neste local abrigos atômicos de concreto e aço com capacidade para 850 mil rolos de microfilme cada um. A Biblioteca Pública de Nova Iorque recentemente microfilmou 180 mil livros por se encontrarem em adiantado estado de deteriorização.

No Brasil, os maiores sistemas de microfilmagem estão em bancos. O centro de microfilmagem do Bradesco, na cidade de Deus, em São Paulo, é o maior da América Latina e um dos maiores do mundo. Outros centros, o do Bamerindus, em Curitiba. O Banco do Brasil, com centros no Rio e em São Paulo e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Segundo o Presidente da Associação Internacional do Microfilme, o brasileiro Antônio Paula de Andrade e Silva, apenas 30% dos bancos comerciais estão usando o sistema.

REPRODUÇÕES EM PAPEL COMUM

Uma revolucionária copiadora que utiliza qualquer tipo de papel e reproduz frente e verso, foi lançada no Rio e em São Paulo pelo grupo LEMAC Empreendimentos S.A. — Lemac S. A. e Meira S.A.

A copiadora a seco **Royal Bond Copier** trabalha com papel de qualquer gramatura, sem corte especial, além de reproduzir em cartolina, acetado, papel vegetal, matriz de off-set e ainda em papel timbrado. O papel para impressão é movimentado pelo sistema de sucção (circuito plano). O tamanho da imagem para reprodução é até de 25 por 33 centímetros ou seja o formato do Diário Oficial. O sistema **full-tope image transfer** permite com a **Royal** cópias com tal clareza, fidelidade e originalidade como se fosse o próprio original.

ESPIONAGEM INDUSTRIAL NOS ARQUIVOS

Centenas de japoneses são destacados para espionar os arquivos na indústria e no governo. A prática do **conakudan**, que consiste em colocar um funcionário do Estado, num posto interessante da indústria privada, e que era coisa comum no Japão, teve agora reação da poderosa Federação dos Sindicatos Japoneses — Sohyo, que destacou 119 empregados de firmas comerciais privadas, junto aos Ministérios do Planejamento, Relações Exteriores e Fazenda.

Esses funcionários muito especiais, continuam a serviço de suas empresas e colocados à disposição por dois anos.

A maioria dessas pessoas trabalha nos serviços de planejamento ou de documentação e arquivo. O que significa estar na própria fonte de informações vitais para o futuro das grandes empresas.

Será este um dos segredos do grande desenvolvimento industrial japonês?

本
日
日
本
報
日
本
報
日
本
報
日

CRONICA.

CARLOS DRUMOND DE ANDRADE

Todo santo mês, recebo com agrado o folheto que o carteiro me traz.

É o MAN, boletim do Arquivo Nacional. Raul Lima, diretor do órgão, conseguiu esta coisa surpreendente: leitores para uma publicação oficial.

Como? Apenas, contando jornalisticamente o que vai por sua repartição, os serviços que se ampliaram ou reorganizaram, o que ali se estuda e produz. Não é demonstração vaidosa; eu diria prestação de contas, em termos de comunicação atual. Pouco se sabe do que fazem nossas agências administrativas, fora da publicidade política e dos relatórios indigestos. Quando uma abre as portas à curiosidade pública, revelando-nos o seu dia-a-dia de trabalho a gente se espanta. E *curte* a satisfação do acionista a quem a diretoria da empresa, em assembléia-geral, exhibe os dividendos do exercício. Gordos.

Pois a nova imagem do Arquivo dá gosto ao contribuinte: dinheiro bem investido em serviço que abandonou a rotina e aplica métodos produtivos, com imaginação criadora. O resultado é que o ambiente de trabalho atrai outros trabalhadores. Basta ver o número de estudiosos que acorrem à Praça da República, 26 — mina de ouro para a pesquisa histórica. Mirtes Palermo, de S. Paulo, rastreia a maçonaria na evolução do Brasil; Odilon Túlio, Deputado pelo Paraná, quer saber do Barão do Serro Azul; Marinete Santos, de São Gonçalo, vira-se para a urbanização no recôncavo da Guanabara na primeira metade do século XIX; Valdemar Barbosa, de Belo Horizonte, aprofunda-se na contribuição de Minas para a Independência; Marivone Chaim, de Goiás, consulta as leis sobre índios goianos no século XVIII; Herbert Klein da Universidade de Columbia, Nova Iorque, mergulha na história demográfica do Império. Oito ao acaso; são dezenas de pesquisadores, do Brasil e do estrangeiro, que lá estão debruçados sobre papel, em ambiente acolhedor, enquanto Raul Lima dinamiza o velho Arquivo, a que José Honório Rodrigues dera já um saudável empurrão para a frente.

Com tanto que fazer, o Raul, num destes dias de maio, ainda foi à ABI, levar uma peça rara para exposição comemorativa do aniversário da Lei Áurea: a 3.353 em pergaminho, com letras coloridas e desenhos. Logo que a exposição acabou (isto não consta do boletim, é reportagem minha), Raul pegou da lei para recolhê-la ao Arquivo, antes que um colecionador distraído a metesse na pasta, como se fosse um vespertino. Mas era noite, a repartição estava fechada, e o diretor, guardião zeloso, levou o pergaminho para casa, onde estaria seguro. Na manhã seguinte, antes de ir para o Arquivo, lembrou-se de mostrá-lo à sua cozinheira, uma paraibana que não esperou pelo Mobral para se alfabetizar: paga a uma colega que tem curso primário, e que lhe ministra aulas à noite. O quarto de dormir de Maria é miniatura de escola e exemplo de independência cívica.

— Olhe aqui, Maria, naqueles tempos trabalhadores eram escravos. Labutavam de graça, sofriam maus tratos e eram vendidos como gado. Mas a lei escrita neste papel acabou com isso. Foi uma Princesa que ficou sendo chamada de Redentora. Repare na assinatura dela aqui há 84 anos.

Maria fitou o pergaminho com olhos de ver além do pergaminho, ficou um instante parada, meditando. O fruto da meditação surgiu desta pergunta:

— E... não mataram ela, doutor?

Raul Lima, perplexo diante dessa "extraordinária intuição política" achou mais pedagógica, por enquanto, não explicar por miúdo à Maria que matar, propriamente, não *mataram ela*, ninguém pensou em matar. Ele espera que, aprimorada a instrução de sua auxiliar culinária, esta possa ler em um compêndio qualquer de História, e entender, o que Cotegipe respondeu à Princesa Isabel, quando a Regente, lhe perguntou se não fora uma boa coisa acabar com a fepra da escravidão:

— Vossa Alteza redimiu uma raça, mas perdeu o seu trono.

Arquivo & Maria.

LEMAC S.A. e MEIRA S.A.

(grupo LEMAC Empreendimentos S.A.),
acabam de importar com exclusividade a COPIADORA
que surpreenderá o campo das reproduções.

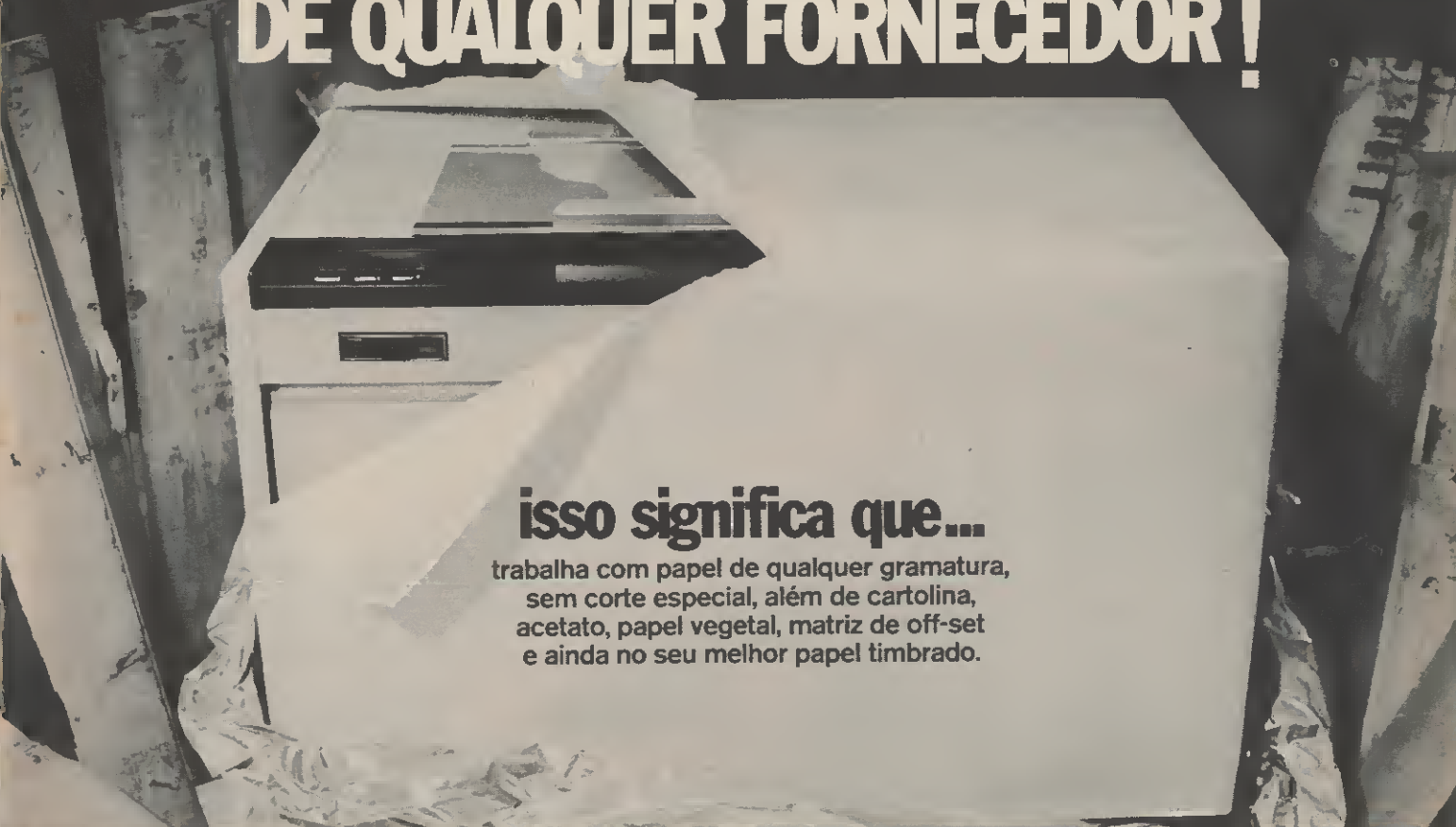
a **1**ra.

que faz cópias tão perfeitas como o original, em qualquer

PAPEL COMUM

frente e verso

DE QUALQUER FORNECEDOR!

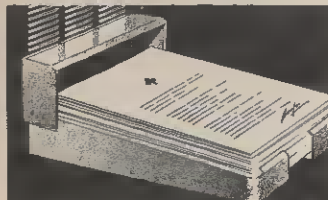


isso significa que...

trabalha com papel de qualquer gramatura,
sem corte especial, além de cartolina,
acetato, papel vegetal, matriz de off-set
e ainda no seu melhor papel timbrado.

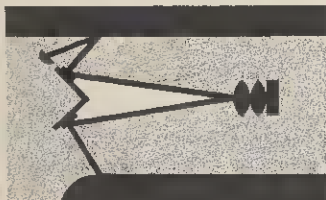
Você pode possuir a copiadora ROYAL por compra ou através do "LEASING" que lhe dará **MAIS VANTAGENS** que uma simples locação. Veja algumas delas: - custo mensal, independente do número de cópia (mínimo contratual), à débito de sua conta de despesas gerais,

como se fosse locação; - findo o contrato terá direito a varias opções, que nosso representante, além da demonstração da ROYAL, lhe explicará em todos os detalhes o melhor negócio que Você pode fazer e com lucros que Você nunca imaginou!



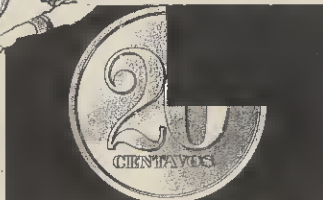
CIRCUITO PLANO

Fácil movimentação do papel por eficiente sistema de sucção (circuito plano), que impossibilita totalmente o problema de "atolamento". Tamanho da imagem até 25 x 33 cms (Diário Oficial).



SISTEMA "FULL TONE"

Você consegue com a ROYAL, cópias com tal clareza, fidelidade e tonalidade (sem distorção), como se fosse o próprio ORIGINAL. pois pelo EXCLUSIVO sistema "Full-tone image transfer" os detalhes são tão perfeitos, que nenhuma outra copiadora pode fazer.



CUSTO COPIA

Custo por cópia da ROYAL é comprovadamente o mais baixo: pelo mesmo sistema exclusivo de transferência de imagem (prescinde de cilindros), que utiliza matrizes de baixo custo; aquisição de papel em qualquer fornecedor à preço competitivo e ainda a não limitação do número de cópias.



MANUTENÇÃO

A ROYAL sabe da importância fundamental de uma perfeita ASSISTENCIA TECNICA. Por isso, estamos estruturados para atender a manutenção permanente da copiadora e, capacitados também, para atendimentos ultra rápidos.

COPIADORA **ROYAL** (U-BIX) 

LEMAC S.A. • S. PAULO, Av. Pacaembu 1934 • P. ALEGRE, Rua Senhor dos Passos 292 • RECIFE, Rua 7 de Setembro 280 • SALVADOR, Rua Carlos Gomes 2 Loja B.
MEIRA S.A. • RIO DE JANEIRO, Rua Carlos Vasconcellos 111 • BRASÍLIA, S.C. S. Q. 15 Lotes 37 e 38.

A GRUNASE É ISTO:



- Pesquisa de Mercado.
- Propaganda.
- Relações Públicas.
- Congressos e Convenções.
- Relações Comerciais.
- Relações Industriais.

CAMPOS OPERACIONAIS:

MERCADOLOGIA
Pesquisa de Mercado,
Assessoria Mercadológica,
Pesquisa Cadastral.

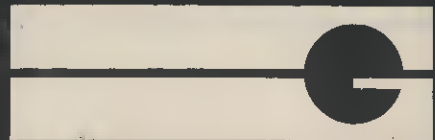
COMUNICAÇÕES:

Propaganda.
Congressos e Convenções.
Relações Públicas:
(Divulgação à Imprensa, Eventos
Promocionais, Relações
Governamentais, Relações com
a Comunidade e Estudos
Especiais).
Relações Comerciais:
(Informação ao Mercado,
Manutenção de Mercado e
Merchandising).
Relações Industriais:
(Seleção de Executivos e Treinamento).

ÂMBITO NACIONAL DE ATUAÇÃO:

Área São Paulo - Sede São Paulo - Rua
Eng. Edgard Egídio de Souza, 439 -
Pacaembú - Tels.: 51-4669 52-1427 51-2291 52-3352
Filial Brasília - D.F. - S.C.S. - Ed. Goiás,
Sala 301 - Tel.: 24-3933
Área Centro - Sede Guanabara - Rua Toneleros, 293 -
casa 1 - Copacabana - Tel.: 237-0388
Área Sul - Sede Porto Alegre - Rua Gal.
Andrade Neves, 159 - s. 104 - Tel.: 25-9364.
Área Norte-Nordeste - Sede Salvador

Uma empresa integrada
de serviços com âmbito
nacional de atuação.



GRUNASE
Grupo Nacional de Serviços

Fas. 756
Arquivo
v.2 n.1
abr.1974

UNASE STO:

- Pesquisa de Mercado.
- Propaganda.
- Relações Públicas.
- Congressos e Convenções.
- Relações Comerciais.
- Relações Industriais.

Uma empresa integrada
de serviços com âmbito
nacional de atuação.


GRUNASE
Grupo Nacional de Serviços

Fas. 756
Arquivo
v.2 n.1
abr.1974



ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

ERRATA:

Contra a nossa vontade, a firma encarregada do planejamento técnico da revista fez alterações que fugiram completamente às normas padronizadas. As modificações feitas serão facilmente perceptíveis pelos leitores a quem pedimos a necessária compreensão. Desta forma resolvemos elaborar novo sumário dando a distribuição da matéria.

Diretora responsável

- o -

SUMÁRIO

Editorial	3
J. P. Esposel	
Cartas	4
Recado	5
Aspectos Semânticos: pesquisa documental (final)	
Antônio Garcia Miranda Netto	7
Calendário de Arquivos no mundo	10
Currículo mínimo do curso Superior de Arquivo	11
Testemunho	
Agnaldo Alves da Silva	23
Conservação e preservação dos Arquivos Brasileiros	24
Livros	25
A revolução nos Arquivos	26
<u>Congressos:</u>	
II CBC - VI IMC.	27
Arquivo Médico - Fundação Ford	28
<u>Curso:</u>	
Arquivos de Empresas	29
Documentando	
Fernando Guimarães	30
Crônica	
Arquivo & Maria	
Carlos Drumond de Andrade	32